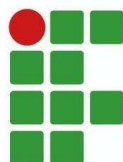


# RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

**ANO DE REFERÊNCIA: 2020**



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

Câmpus  
Inhumas



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação,**  
**Ciência e Tecnologia de Goiás**

**Relatório Integral de Autoavaliação**  
**Institucional Ano Referência- 2020**  
**Câmpus Inhumas**

Inhumas, setembro de 2021



**Reitoria do IFG**

**Reitor**

Jerônimo Rodrigues da Silva

**Diretoria Executiva**

Adriana dos Reis Ferreira

**Pró-Reitoria de Administração**

José Carlos Barros Silva

**Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional**

Amaury França Araújo

**Pró-Reitoria de Ensino**

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

**Pró-Reitoria de Extensão**

Daniel Silva Barbosa

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**

Paulo Francinete Silva Júnior

**Diretores Gerais dos Câmpus**

**Câmpus Águas Lindas**

Tiago Gomes de Araújo

**Câmpus Anápolis**

Elza Gabriela Godinho Miranda

**Câmpus Aparecida de Goiânia**

Ana Lucia Siqueira de Oliveira

**Câmpus Cidade de Goiás**

Sandro Ramos de Lima

**Câmpus Formosa**

Thiago Gonçalves Dias

**Câmpus Goiânia**

Maria de Lourdes Magalhães

**Câmpus Goiânia Oeste**

Cleberson Pereira Arruda

**Câmpus Inhumas**

Luciano dos Santos

**Câmpus Itumbiara**

Aline Silva Barroso

**Câmpus Jataí**

Mara Rúbia de Souza Rodrigues Moraes

**Câmpus Luziânia**

Reinaldo de Lima Reis Júnior

**Câmpus Senador Canedo**

Maria Betânia Gondim da Costa

**Câmpus Uruaçu**

Andreia Alves do Prado

**Câmpus Valparaíso**

Reginaldo Dias dos Santos



**Equipe Comissão Central da CPA 2020/2022**

Portaria nº 1796 de 23/11/2020 - Atualizada pelas Portarias nº 79 de 13/01/2021 e nº 1229 de 02/08/2021

Fabício Cardoso da Silva  
**Representante Docente**  
**Presidente**

Rita Cristina Holdefer  
**Representante Técnico-Administrativo**  
**Secretária**

Larissa Messias Moraes  
**Representante Docente**

Cibele de Guadalupe Sousa Araújo  
**Representante Docente**

Alécio Junior Mattana  
**Representante Docente**

Édipo Henrique Cremon  
**Representante Docente**

João Batista Tavares Júnior  
**Representante Docente**

Samuel Hilário Rodrigues  
**Representante Técnico-Administrativo**

Luciano Marçal Vicente  
**Representante Técnico-Administrativo**

César Oliveira Guimarães  
**Representante Técnico-Administrativo**

Rafaela Nunes Cirqueira Mota  
**Representante Discente**

Andreza Sousa da Silva  
**Representante Discente**

Valéria Pedro da Silva  
**Representante Discente**

Alexandre Francisco Gomes Barbosa  
**Representante Discente**

Regina Lúcia de Deus  
**Representante Discente**

Maria Euzébia de Lima  
**Representante Sociedade Civil**

Ludmylla da Silva Morais  
**Representante Sociedade Civil**

Ariston Alves Afonso  
**Representante Sociedade Civil**

Maria do Socorro Almeida Nascimento  
**Representante Sociedade Civil**



**Equipe da CPA do Câmpus Inhumas**  
**Portaria nº 1989/2020**

Fernando Henrique Silva Carneiro  
**Representante Docente**  
**Presidente**

Reginaldo de Fátima Gomes Pacheco  
**Representante Técnico-Administrativo**  
**Secretário**

Ronaldo Ferreira Vaz  
**Representante Docente**

Jéssica Santana Silva  
**Representante Discente**

Pablo Henrique Manhezo Arcebispo  
**Representante Discente**

Adrielly Pires Gomes  
**Representante Sociedade Civil**

Maria Raquel de Jesus  
**Representante Sociedade Civil**

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEFET-GO – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás

CIS – Comissão Interna de Supervisão

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONSUP – Conselho Superior

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPC – Conceito Preliminar de Curso

CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente

DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

FIC – Formação Inicial e Continuada

IES – Instituições de Educação Superior

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

IGC – Índice Geral dos Cursos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

TAE – Técnico/a Administrativo/a



## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS</b> .....	<b>14</b>
1.1 Infraestrutura.....	15
<b>2. ATOS REGULATÓRIOS, INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR</b> .....	<b>17</b>
2.1 Avaliações <i>in loco</i> .....	17
2.1.1 Avaliações in loco – reconhecimento e cadastramento dos cursos superiores do IFG .....	18
2.1.2 Indicadores de qualidade da educação superior .....	19
2.2 Avaliações Internas - a autoavaliação institucional .....	20
2.3 Composição e competências das CPA's no IFG.....	22
<b>3 EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO NO IFG</b> .....	<b>26</b>
3.1. Seminário de Autoavaliação 2020 .....	28
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	<b>29</b>
4.1. Delineamento do estudo, instrumento e técnicas de coletas de dados ....	29
4.2. Instrumentos e técnicas de coleta de dados .....	30
4.2.1. Questionários .....	30
4.2.2. Definição da População da Pesquisa .....	31
4.3. Escalas, critérios de análise dos resultados e indicadores.....	31
4.4. Cronograma de execução das ações.....	33
<b>5. AUTOAVALIAÇÃO 2020: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>35</b>
<b>5.1 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>35</b>
5.1.1. Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da avaliação institucional .....	35
5.1.2. Sugestões da CPA para o EIXO I - Planejamento e Avaliação Institucional.....	39
<b>5.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>40</b>
5.2.1. Dimensão 1: Função social e o plano de desenvolvimento institucional .....	40
5.2.2. Dimensão 3: Responsabilidade social .....	43
5.2.3 Sugestões da CPA para o EIXO II: Desenvolvimento Institucional .....	50
<b>5.3 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS</b> .....	<b>51</b>

5.3.1. Dimensão 2: A política para ensino, pesquisa e extensão .....	51
5.3.2. Dimensão 4: Comunicação com a sociedade.....	59
5.3.3. Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes .....	66
5.3.4. Sugestões da CPA para o EIXO III: Políticas Acadêmicas.....	71
5.4. EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO.....	72
5.4.1. Dimensão 5: Políticas de Pessoal.....	73
5.4.2. Dimensão VI - Organização e Gestão da Instituição .....	76
5.4.3. Sugestões da CPA para o Eixo IV: Políticas de Gestão.....	78
5.5. EIXO 5: INFRAESTRUTURA .....	78
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO .....	82
REFERÊNCIAS.....	84

## INTRODUÇÃO

A Autoavaliação Institucional é um processo permanente de análise das ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) que, junto às avaliações externas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), contribui para a indução de qualidade da Instituição. Deve ser vista como um processo de autoconhecimento e prestação de contas a ser conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), envolvendo toda a comunidade que compõe a Instituição

A Autoavaliação Institucional instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e, de acordo com a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre seus objetivos produzir conhecimentos, identificar causas de problemas ou deficiências, subsidiar a tomada de decisão da Instituição, melhorar a qualidade da educação superior e, acima de tudo, prestar contas à sociedade.

Os processos de Autoavaliação Institucional são descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) do IFG como:

[...] uma importante ferramenta para gestão, propiciando-lhe a criação de instrumentos e conhecimentos que embasam a tomada de decisão, na perspectiva da manutenção e/ou, da melhoria da qualidade da administração, da pesquisa, do ensino e da extensão, que, para que seja culturalmente aceita, instalada e vivenciada cotidianamente pelos integrantes de uma instituição, deve ser implementada de forma democrática, incentivada por um processo de sensibilização que busque o envolvimento da comunidade acadêmica em todas as etapas da autoavaliação e suas ações avaliativas[...] (PDI 2019-2023, p. 62)

O processo de Autoavaliação Institucional é anualmente consolidado por meio de Relatórios de Autoavaliação Institucional que tem por finalidades sistematizar e levar ao conhecimento da comunidade os resultados obtidos, fomentar a cultura de avaliação institucional, promover melhorias na Instituição e subsidiar os processos de avaliação externa.

O processo de autoavaliação 2020 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foi conduzido a partir do Plano de Autoavaliação Institucional dos anos anteriores selecionando pontos que podem contribuir no estabelecimento dos objetivos, métodos e prazos para a fortalecimento da cultura de autoavaliação e desenvolvimento institucional planejado.

Elaborado em sua versão integral, a autoavaliação do ano 2020 abrange cinco eixos e suas 10 dimensões do Plano de Desenvolvimento Instrucional, exigidas pelo art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004:

- **Dimensão I** – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- **Dimensão II** – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- **Dimensão III** – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção

artística e do patrimônio cultural;

- **Dimensão IV** – a comunicação com a sociedade;
- **Dimensão V** – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- **Dimensão VI** – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- **Dimensão VII** – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- **Dimensão VIII** – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- **Dimensão IX** – políticas de atendimento aos estudantes;
- **Dimensão X** – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O Relatório está estruturado conforme proposta de roteiro da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 e apresenta a seguinte estrutura:

1. Apresentação da Instituição: apresenta um breve histórico da Instituição e sua atual estrutura;
2. Atos regulatórios da Educação Superior: contextualiza o leitor a respeito dos atos regulatórios estabelecidos na Portaria nº 40 de 2007, atualizada em 2010;
3. Consolidação do processo de autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: expõe a trajetória do processo de autoavaliação no Câmpus Inhumas.
4. Metodologia: apresenta métodos e etapas da condução da autoavaliação institucional do ano 2020, tais como: delimitação do estudo, instrumentos e técnicas de coleta de dados, definição da população de pesquisa, escalas e critérios de análise.
5. Resultados, análises e sugestões: nesta seção é apresentado ao leitor, os resultados da pesquisa de autoavaliação, as análises dos resultados e as propostas de melhorias ao IFG.
6. Desafios para os próximos processos de autoavaliação.

É importante destacar que o processo de elaboração e consolidação do Relatório de Autoavaliação é compreendido de forma substancial e não só como mero procedimento burocrático ou movimento de avaliar por avaliar. O presente Relatório busca contribuir efetivamente para promoção de melhorias na Instituição por meio da disponibilização dos dados, análises e sugestões da CPA para os agentes envolvidos nos processos deliberativos, de modo que as políticas institucionais sejam cada vez mais assertivas.

Os resultados da autoavaliação referente ao ano de 2020, presentes neste relatório, serão

disponibilizados no site do IFG Câmpus Inhumas, serão amplamente divulgados à comunidade acadêmica e discutidos junto à gestão do Câmpus, em reuniões e eventos institucionais.

## 1 APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS

O Câmpus Inhumas do IFG foi inaugurado em 20 de março de 2007 como uma Unidade Descentralizada de Ensino (Uned), denominação que marcou a primeira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país. Em dezembro de 2008, a antiga Uned transformou-se em Câmpus Inhumas, em virtude da conversão do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Goiás (Cefet-GO) em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Atualmente, conta com ampla estrutura física e de serviços e com um quadro de servidores qualificados, capazes de proporcionar aos estudantes uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Nesta perspectiva, levando-se em conta as características e demandas regionais, foram escolhidas as principais áreas de atuação da Instituição: Informática, Química e Alimentos. Nestas áreas estão alocados os cursos de níveis médio e superior atualmente ofertados.

Durante este período, o Câmpus Inhumas, ciente de sua responsabilidade social, realizou além de suas atividades regulares de ensino, diversos projetos que envolveram a comunidade interna e externa, com o intuito de propiciar aos seus alunos e servidores meios de exercerem suas atividades de forma mais dinâmica e produtiva e à sociedade, o acesso a eventos artísticos, culturais, educacionais e científicos. Assim, como instituição pública socialmente comprometida, coloca-se a serviço do desenvolvimento de Inhumas e da região.

O Câmpus Inhumas oferece hoje três cursos técnicos integrados ao nível médio: Técnico em Agroindústria, Técnico em Informática para Internet e Técnico em Química. Ainda no nível médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Câmpus oferta atualmente o curso Técnico em Panificação que substituiu o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, extinto em 2013.

No nível superior, o Câmpus possui atualmente quatro cursos de graduação: Bacharelado em Sistemas de Informação (em extinção), Engenharia de Software, Licenciatura em Química e Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Entre os anos de 2008 e 2012 foi ofertado também o curso Bacharelado em Informática, atualmente em extinção, porém com estudante ainda vinculados. No ano de 2018 o Câmpus começou também a atuar na pós-graduação oferecendo uma Especialização *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica e Profissional.

O número total de estudantes vinculados ao Câmpus Inhumas está detalhado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Cursos regulares e números de estudantes

Modalidade	Curso	N.º de estudantes
Bacharelados	Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	88
	Bacharelado em Informática <sup>1</sup>	7
	Bacharelado em Sistemas de Informação	48
	Bacharelado em Engenharia de Software	40
Licenciatura	Licenciatura em Química	49
Integrado ao	Técnico em Agroindústria	97

Ensino Médio	Técnico em Informática / Técnico em Informática para Internet <sup>2</sup>	105
	Técnico em Panificação - EJA	16
	Técnico em Química	143
Especialização	Especialização em Docência na Educação Básica e Profissional	23
Total		616

Fonte: Sistema Visão em 25 de agosto de 2021.

1. Curso em Extinção; apenas estudantes remanescentes.

2. O curso Técnico em Informática teve seu nome alterado Técnico em Informática para Internet em 2018.

Além dos cursos regulares, o Câmpus Inhumas vem também aumentando a oferta de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC), oportunizando a capacitação e o aprimoramento tanto para o mercado de trabalho, quanto para o prosseguimento dos estudos, a partir de demandas locais e específicas. Conforme informações fornecidas pela Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, seguem detalhados nos quadros abaixo os cursos FIC oferecidos em 2020/2021:

Quadro 2 - Cursos FIC oferecidos em 2019/2020

Nome do curso	Período da oferta	Cargahorária
Espaço social de reforço e ampliação de conhecimentos de disciplinas acadêmicas	2020	-
Redação e Interpretação de Textos	2021	160h
Marx e a educação – os marxismos e a formação e humanização dos professores	08/2021 a 12/2021	60h
Políticas Públicas de Esporte e Lazer	03/2021 a 10/2021	40h
Formação técnico-pedagógica em tecnologias digitais de informação e comunicação para ensino	06/2019 a 07/2020	39h

Fonte: GEPEX – IFG câmpus Inhumas em 26/08/2021.

## 1.1 Infraestrutura

A área total do Câmpus é de 42.874,82 metros quadrados, dos quais 12.525,27 metros

quadrados representam a área construída. Apesar de ainda não ter concluído todas as obras previstas para sua completa instalação, o Câmpus Inhumas possui estrutura nova e moderna, adequada ao desenvolvimento da maioria das atuais demandas administrativas e pedagógicas, possibilitando aos alunos e servidores exercerem suas atividades em um ambiente agradável e seguro.

Compõem parte desta estrutura:

- Laboratórios de Informática, completos e em pleno funcionamento;
- Laboratórios de práticas concluídos: Química, Bromatologia, Tecnologia de Carnes e de Derivados de Leite;
- Laboratórios de práticas nas áreas: Panificação, Análise Sensorial, Biologia, Microbiologia e Microscopia, Física e Matemática;
- Biblioteca, acompanhada de sala de estudos, acervo atualizado e computadores com acesso à Internet;
- Instrumentos musicais e equipamentos esportivos;
- Quadra coberta, pista de atletismo e campo de futebol; e
- Miniauditório, com capacidade para 100 pessoas.



## 2. ATOS REGULATÓRIOS, INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em primeiro lugar é preciso contextualizar o/a leitor/a sobre quais são os atos e processos regulatórios que as Instituições de Educação Superior - IES - estão submetidas e qual o papel da CPA nos mesmos. Deste modo, tendo em vista a conformidade e a qualidade da oferta de cursos de educação superior no Brasil, o MEC/ INEP condiciona o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e a oferta de cursos a atos regulatórios de Credenciamento e Recredenciamento Institucional; Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação, disciplinados pela Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010 e, o Decreto 5773 de 09 maio de 2006.

Os processos regulatórios realizados pelo INEP consideram e avaliam as IES a partir de avaliações externas e internas, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 - Avaliações do Ensino Superior

Avaliações Externas	Indicadores de Qualidade	Avaliação Interna
Avaliações <i>in loco</i> , relacionadas aos processos de Credenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação	ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes	Relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA - produzidos a partir da aplicação de questionário à comunidade acadêmica e outros insumos e documentos.
	CPC - Conceito Preliminar de Curso, gerado a partir do ENADE e outros insumos.	
	IGC – Índice Geral dos Cursos, gerado a partir dos CPCs e outros insumos.	

### 2.1 Avaliações *in loco*

As avaliações *in loco* compõem os processos regulatórios da educação superior. Tais avaliações são realizadas por comissões do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em visita à IES, com objetivo de avaliar as instituições, nos processos de credenciamento e recredenciamento, e seus cursos, nos processos de autorização, reconhecimento de curso e renovação de reconhecimento de curso.

O INEP utiliza instrumentos próprios que identificam o perfil institucional por meio de seus cursos, atividades, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

No Instrumento de Avaliação Institucional do INEP<sup>1</sup>, documento norteador das avaliações institucionais, as 10 dimensões do PDI são organizadas em 5 eixos, conforme quadro

<sup>1</sup> O presente Relatório baseou-se no Instrumento de Avaliação Institucional, versão de 2017, disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/instrumentos/2017/IES\\_recredenciamento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf)

que segue:

Quadro 4 - Eixos e Dimensões da Avaliação Institucional

Eixos	Dimensões abrangidas
Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação: Inclui também um Relatório Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação;
Eixo II - Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Dimensão 3 - Responsabilidade Social da Instituição;
Eixo III – Políticas Acadêmicas	Dimensão 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Dimensão 4 - Comunicação com a Sociedade; Dimensão 9 - Políticas de Atendimento aos Estudantes;
Eixo IV – Políticas de Gestão	Dimensão 5 - Políticas de Pessoal; Dimensão 6 - Organização e Gestão da Instituição; Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira;
Eixo V – Infraestrutura Física	Dimensão 7 - Infraestrutura Física.

No âmbito do reconhecimento dos cursos superiores, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP<sup>1</sup>, são avaliadas apenas as Dimensões 1, 2 e 3.

No âmbito dos cursos, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP<sup>2</sup>, deverão ser avaliadas três dimensões: Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica; Dimensão 2 - Corpo docente e tutorial; e Dimensão 3 – Infraestrutura.

### ***2.1.1 Avaliações in loco – reconhecimento e recadastramento dos cursos superiores do IFG***

O reconhecimento e recadastramento dos cursos superiores do IFG é realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O processo de reconhecimento/recadastramento é executado seguindo um fluxo processual que abrange diversas etapas, sendo a avaliação in loco uma delas.

O instrumento utilizado para realizar a avaliação dos cursos é confeccionado pelo Inep com base nas diretrizes estabelecidas pelos órgãos do MEC, abrangendo três dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura constante no Processo Pedagógico do Curso – PPC. No final do processo de avaliação a comissão de avaliadores elaboram um relatório apresentando as informações relacionadas à realidade encontrada durante a visita, gerando assim o Conceito de Curso - CC.

O Conceito de Curso – CC, é graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. O cálculo utilizado para determinar o Conceito

<sup>2</sup> Em outubro de 2017 o INEP publicou a última versão do Instrumento de Avaliação de cursos de graduação, disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf)

de Curso considera pesos atribuídos às três dimensões do instrumento de avaliação, sendo: dimensão 1 (Organização Didático-Pedagógica) tem peso 30; a dimensão 2 tem peso 40, e a dimensão 3 (Infraestrutura) tem peso 30.

### ***2.1.2 Indicadores de qualidade da educação superior***

ENADE – O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O Ministério da Educação define, anualmente, as áreas propostas pela Comissão de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES.

A principal legislação que rege o ENADE é a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010. Porém, a cada edição do exame, uma nova portaria normativa é publicada, o que gera especificidades de normas para cada edição. Encontramos, ainda, normatização sobre o ENADE na Lei que institui o SINAES:

Art. 5.º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

§ 1.º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Curso de capacitação 2014 21

§ 2.º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3.º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4.º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5.º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

Os resultados do ENADE também são utilizados pelo INEP para a apuração de outros indicadores importantes, e são eles, o Conceito Preliminar de Curso – CPC e o Índice Geral de Curso – IGC, conforme aponta a Portaria Normativa MEC nº 40:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008;

II de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa no 12, de 05 de setembro de 2008;

III de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;

§ 1.º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

§ 2.º O IGC será calculado anualmente, considerando: I – a média dos últimos CPC's disponíveis dos cursos avaliados da Instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

Para os indicadores de qualidade – CPC e IGC – e para as avaliações *in loco*, serão atribuídos conceitos avaliativos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, com as seguintes correspondências:

- conceitos 1 e 2: insatisfatório;
- conceito 3: satisfatório;
- conceito 4: bom;
- conceito 5: excelente.

O quadro a seguir apresenta a síntese dos conceitos recebidos pelos cursos ofertados pelo Câmpus Inhumas no reconhecimento bem como os indicadores recebidos nas avaliações periódicas. O curso Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos ainda não foi avaliado no ENADE e os demais cursos passaram pela edição de 2017 do exame. O curso de Bacharelado em Engenharia de Software ainda não recebeu as avaliações.

Quadro 5 – Avaliação dos cursos oferecidos pelo Câmpus

Curso	Conceito recebido no reconhecimento	Conceito ENADE	Conceito Preliminar de Curso – CPC
Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	4	-	-
Bacharelado em Sistemas de Informação	3	3	3
Licenciatura em Química	3	2	3
Bacharelado em Engenharia de Software	-	-	-

Fonte: e-MEC. 25/08/2021

## 2.2 Avaliações Internas - a autoavaliação institucional

Com o objetivo de implantar os processos de avaliação nas instituições de ensino superior, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da

Educação Superior (SINAES) e determinou a criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) como forma de avaliação interna:

Art. 11. Cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I constituição por ato do dirigente máximo da Instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de educação superior. (BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

Do disposto na lei, observa-se que a principal atribuição da Comissão Própria de Avaliação é a condução dos processos de autoavaliação institucional bem como a elaboração dos relatórios de autoavaliação dele decorrentes. O depósito dos relatórios de avaliação institucional no sistema e-MEC<sup>3</sup> é uma importante forma de prestação de informações bem como uma das principais frentes de trabalho da Comissão Própria de Avaliação. A regularidade dos relatórios é requisito para o prosseguimento do processo de recredenciamento da Instituição, conforme regulamentação publicada pelo MEC:

Art. 61-D Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da Instituição, campo para inserção de relatório de autoavaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo. (BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010).

Em relação à esta responsabilidade primordial da CPA, a Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP estabeleceu os seguintes prazos e procedimentos para o envio dos relatórios ao MEC:

A partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2019 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2020 – 2º relatório parcial<sup>4</sup>
- até 31 de março de 2021 – relatório integral.

---

<sup>3</sup> e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.

<sup>4</sup> Em 2020 o prazo estabelecido de 31 de março para a postagem do relatório no Sistema e-Mec não foi considerado, levando em conta as medidas que foram adotadas em relação ao enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), em razão das providências tomadas por diferentes Entes Federativos para interrupção de atividades, incluindo-se o funcionamento de Instituições de Ensino. Um novo prazo seria definido à medida que fosse possível o retorno das atividades.

O presente relatório é, portanto, um relatório integral, sendo o terceiro relatório de um ciclo avaliativo composto por três relatórios no período de três anos. No âmbito local (câmpus) a elaboração e a publicização do relatório de autoavaliação compreende uma ação de prestação de contas à comunidade acadêmica, tendo em vista que a responsabilidade de prestação de informações aos órgãos de controle, por meio da postagem dos relatórios descrita no parágrafo anterior, é feita de forma centralizada para todo o IFG.

### 2.3 Composição e competências das CPA's no IFG

A CPA no IFG é organizada por uma Comissão Central e Comissões dos Câmpus. As Comissões são constituídas por representantes eleitos, titulares e suplentes, do corpo docente, técnico-administrativo e discentes, além de integrantes da Sociedade Civil.

A CPA compreende a autoavaliação institucional como um processo de compromisso coletivo e formativo, de diagnóstico, que tem como objetivos identificar as potencialidades e as fragilidades institucionais e propor melhorias nas suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. O quadro a seguir apresenta a equipe da CPA Central do IFG, instituída pela Portaria nº 1796 de 23/11/2020 e atualizada pelas Portarias nº 79 de 13/01/2021 e nº 1229 de 02/08/2021.

Quadro 6 - Composição da CPA Central

Nome	Câmpus/ Instituição	Segmento	Função	Designação (Portaria e data)
Fabício Cardoso da Silva	Câmpus Cidade de Goiás	Docente	Titular	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Larissa Messias Moraes	Câmpus Luziânia	Docente	Titular	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Cibele de Guadalupe Sousa Araújo	Câmpus Cidade de Goiás	Docente	Titular	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Alécio Júnior Mattana	Câmpus Formosa	Docente	Suplente	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Édipo Henrique Cremo	Câmpus Goiânia	Docente	Suplente	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
João Batista Tavares Júnior Câmpus	Câmpus Formosa	Docente	Suplente	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Rita Cristina Holdefer	Câmpus Cidade de Goiás	Técnico Administrativo	Titular	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Samuel Hilário Rodrigues	Câmpus Cidade de Goiás	Técnico Administrativo	Titular	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Luciano Marçal Vicente	Câmpus Anápolis	Técnico Administrativo	Titular	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021

César Oliveira Guimarães	Reitoria	Técnico Administrativo	Suplente	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Rafaela Nunes Cirqueira Mota	Câmpus Cidade de Goiás	Discente	Titular	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Andreza Souza da Silva	Câmpus Anápolis	Discente	Titular	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Valéria Pedro da Silva	Câmpus Goiânia	Discente	Titular	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Alexandre Francisco Gomes Barbosa	Câmpus Formosa	Discente	Suplente	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Regina Lúcia de Deus	Câmpus Goiânia	Discente	Suplente	1796 - 23/12/2020 79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Maria Euzébia de Lima	Sociedade Civil	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - Sintego	Titular	79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Ludmylla da Silva Moraes	Sociedade Civil	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - Sintego	Suplente	79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Ariston Alves Afonso	Sociedade Civil	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA	Titular	79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021
Maria do Socorro Almeida Nascimento	Sociedade Civil	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA	Suplente	79 - 13/01/2021 1229 - 2/08/2021

De acordo com o Artigo 19 da Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019 as competências da Comissão Própria de Avaliação (Central) são:

- Elaborar o plano de autoavaliação definindo objetivos, metodologias, recursos necessários e calendário das ações avaliativas de âmbito institucional;
- Elaborar e divulgar o cronograma de trabalho da CPA Central com calendário de reuniões;
- Conduzir o processo de autoavaliação institucional;
- Definir os instrumentos e mecanismos que serão utilizados na avaliação institucional, contemplando a análise global e integrada dos fatores que interferem no desempenho institucional;
- Promover a sensibilização da comunidade acadêmica, buscando o seu envolvimento na

construção da proposta avaliativa, por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros;

- Ouvir a comunidade interna no processo de autoavaliação institucional;
- Sistematizar as informações coletadas e elaborar o relatório de autoavaliação institucional, conforme preceitos definidos na legislação e orientado pelo plano de autoavaliação e suas modificações;
- Dar publicidade ao relatório de autoavaliação institucional;
- Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre a autoavaliação institucional aos órgãos federais de educação;
- Encaminhar o relatório de autoavaliação para as instâncias responsáveis pelo planejamento institucional;
- Acompanhar, com o apoio das CPAs dos Câmpus, o desenvolvimento dos processos de avaliação externa dos diversos cursos do IFG;
- Dar ampla publicidade às suas atividades;
- Fortalecer o protagonismo das Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus e a integração entre essas e a CPA Central;
- Acompanhar, junto à gestão do IFG, a elaboração e implementação de Plano de Ação para tratar os pontos a serem melhorados apontados no Relatório de Autoavaliação.

O quadro a seguir apresenta a composição da Comissão Local de Autoavaliação do Câmpus Inhumas:

Quadro 7 - Composição da CPA do Câmpus Inhumas

Nome	Representação	Designação (Portaria e data)
Jéssica Santana Silva	Discente	Portaria 1989 de 21 de dezembro de 2020
Pablo Henryque Manhezo Arcebispo		
Fernando Henrique Silva Carneiro	Docente	
Ronaldo Ferreira Vaz		
Reginaldo de Fátima Gomes Pacheco	Técnico Administrativo	
Adrielly Pires Gomes	Sociedade Civil	
Maria Raquel de Jesus		

De acordo com o Artigo 20 da Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019 as competências das Comissões Locais de Avaliação (CPA) são:

- Colaborar com a CPA Central na construção do Plano de Autoavaliação Institucional;
- Elaborar e divulgar o cronograma de trabalhos da CPA dos Câmpus com calendário de reuniões;



- Colaborar na construção e organização dos indicadores e instrumentos de avaliação;
- Desenvolver o processo de autoavaliação nos Câmpus, conforme o Plano de Autoavaliação Institucional;
- Organizar reuniões periódicas para desenvolver suas atividades;
- Elaborar os relatórios de avaliação parciais e integrais do respectivo Câmpus;
- Sensibilizar a comunidade para o processo de autoavaliação institucional;
- Zelar pelos dados obtidos no processo de autoavaliação;
- Encaminhar o relatório de autoavaliação no âmbito do Câmpus para a Coordenação de Comunicação Social;
- Encaminhar para as Coordenações de Cursos Superiores os resultados da autoavaliação institucional referentes aos seus respectivos cursos;
- Participar das reuniões de avaliações externas no âmbito do Câmpus;
- Colaborar com a CPA Central sempre que lhe for solicitado;
- Apresentar à comunidade acadêmica os resultados obtidos na autoavaliação Institucional;
- Acompanhar, junto à gestão do Câmpus, a elaboração e a implementação de Plano de Ação para tratar os pontos a serem aprimorados de acordo com os apontamentos no Relatório de Autoavaliação.

### 3 EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO NO IFG

Implantada em 2004, a comissão própria de avaliação (CPA) vem passando por processos evolutivos, como pode ser observado na linha do tempo a seguir.

Figura 1 - Linha do tempo demonstrando a evolução e consolidação do processo de autoavaliação do IFG



Observa-se que o Plano de Autoavaliação Institucional tornou-se um instrumento de suma relevância para evolução e consolidação do Processo de Autoavaliação, uma vez que ele define metodologias, processos, critérios e a avaliação dos mesmos na etapa da meta-avaliação. Deste modo, a avaliação do processo anterior permite um melhor planejamento do processo avaliativo subsequente.

Durante o ano de 2019 a CPA do Câmpus Inhumas participou de todas as etapas previstas no Plano de Autoavaliação, merecendo especial destaque o III Seminário de Autoavaliação Institucional, onde foi realizada a meta-avaliação do processo avaliativo anterior e a discussão da proposta de alteração do Regimento da CPA já citado anteriormente. O Seminário de Autoavaliação Institucional anual é um momento de reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela CPA, de compartilhamento dos resultados da pesquisa realizada, de busca do envolvimento da equipe de gestores em torno das discussões sobre a articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e a autoavaliação institucional, visando sempre o fortalecimento dos processos de autoavaliação e de planejamento.

No contexto de consolidação do Processo Avaliativo na Instituição a sensibilização da comunidade, apontado como um ponto a ser melhorado, mereceu destaque na etapa de planejamento da avaliação 2018. Deste modo, consolidou-se a estratégia de publicar notícias de divulgação do questionário de autoavaliação nos canais de comunicação com a comunidade interna: e-mail, boletim de serviço e site institucional. As Comissões Locais sensibilizaram a comunidade discente, docente e técnico-administrativa em reuniões institucionais e nas salas de aula.

No Seminário, a CPA Central e as Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus apresentaram elogios, críticas e sugestões a respeito das estratégias e metodologias adotadas no processo avaliativo de 2019. Dentre os aspectos levantados os que influenciaram o planejamento do processo de autoavaliação em 2019 está a ampliação da participação de comunidade acadêmica, para isto foi criada uma Plataforma (<http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/QthDtt4r>), em que a qualquer momento após a consolidação dos processos dados da Autoavaliação podem ser acessados de forma dinâmica por toda a comunidade.

Ainda nesta etapa de sensibilização e divulgação, merece destaque o trabalho realizado pela CPA do Câmpus Inhumas, principalmente junto aos estudantes, através do contato direto, comunicação por meio dos representantes de turmas e de visitas às salas de aula virtuais. Também foram realizadas reuniões institucionais com os segmentos Docentes e Técnicos Administrativos.

Do ponto de vista da participação da comunidade acadêmica na Pesquisa de Autoavaliação Institucional, houve queda na participação da comunidade acadêmica em todos os segmentos, tanto devido ao curto tempo que a atual gestão da CPA teve da sua posse até a data prevista de entrega do relatório (de 23 de novembro de 2020 a 31 de março de 2021), quanto pelo pouco prazo que o formulário teve para ser respondido pela demanda do tempo (três semanas) e pelas dificuldades inerentes de divulgação e sensibilização da comunidade no formato de ensino e trabalho remoto.

Quadro 8 - Número de participantes por segmento

Segmento	2017	2018	2019	2020	Variação de 2020 em relação a 2019
Discente	70	134	149	61	-59,06%
Docente	51	66	74	43	-41,89%
Técnicos Administrativos	35	37	30	28	-6,66%
<b>Total</b>	<b>156</b>	<b>237</b>	<b>253</b>	<b>132</b>	<b>-47,82%</b>

Fonte: Relatório Comissão Própria de Avaliação (2020).

Conforme se observa no quadro acima, houve queda de participação dos diferentes segmentos do câmpus Inhumas na resposta ao questionário. Em 2020 foram registrados os menores índices de participação, reflexo dos elementos supracitados.

A plataforma desenvolvida em 2019 pelo Professor Daniel Xavier de Sousa da área de Aprendizagem de Máquina do Câmpus Anápolis e o orientando Bruno Araújo Alves teve como finalidade a demonstração dos resultados da Pesquisa de Autoavaliação à comunidade interna, externa e avaliadores do MEC/INEP de forma mais rápida, bem como, de facilitar a elaboração dos Relatórios de Autoavaliação pela Comissão Central e Locais da CPA. Essa ferramenta para coleta da pesquisa e demonstração dos resultados tornou o processo de autoavaliação mais dinâmico.

Além do desenvolvimento desta importante ferramenta, a CPA produziu no referido ano, um Relatório de Autoavaliação com os seguintes avanços:

- Autoavaliação prevista no PDI como uma importante ferramenta para gestão;
- Apresentação dos resultados do ENADE e CPC; e
- Apresentação e análise dos resultados das avaliações in loco dos cursos de Graduação.

### **3.1. Seminário de Autoavaliação 2020**

No ano de 2020 o seminário de autoavaliação, conforme definido no Plano de Autoavaliação Institucional, não foi realizado.

A não realização do seminário de autoavaliação se deu devido a:

- A entrega do relatório 2020 foi adiada por conta da suspensão das atividades nas instituições federais de ensino no início da pandemia do Covid-19.
- Várias comissões tiveram seu período de atuação expirado, havendo necessidade de fazer nova composição e/ou prorrogação de mandato.
- A prorrogação do mandato e atraso na composição das novas comissões, devido a restrição social, provocaram o esvaziamento das mesmas.
- Algumas comissões somente foram reestruturadas e nomeadas no fim do ano de 2020, como foi o caso da comissão central da CPA.

Após ser nomeada pelas portarias nº 1.796 de 23/12/2020 e nº 79 de 13/01/2021, os membros da comissão central se reuniram e verificou que não haveria tempo hábil para realizar o seminário de autoavaliação 2020, deliberando as seguintes ações para a construção do relatório de autoavaliação referente ao ano de 2020:

- Criação do questionário a ser aplicado na coleta de informações para construção do relatório de autoavaliação 2020;
- Aplicação do questionário elaborado; e
- Avaliação dos dados coletados e confecção do relatório.

## 4. METODOLOGIA

A CPA elaborou um questionário com base nos questionários dos anos anteriores com a finalidade de deixá-lo mais sucinto e objetivo.

O presente relatório busca expressar uma análise a partir de diferentes fontes de dados produzidos pela CPA e pela instituição, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da CPA.

Nas seções que seguem são apresentados o delineamento do estudo, os eixos e dimensões contempladas, assim como, a população pesquisada, seus extratos e unidades de análises. Descreve-se, ainda, os instrumentos de coleta dos dados utilizados, as técnicas de coleta dos dados, as escalas adotadas para autoavaliação e os critérios de análise considerados.

### 4.1. Delineamento do estudo, instrumento e técnicas de coletas de dados

Neste ciclo do processo de avaliação institucional (2020) a Comissão Própria de Avaliação (CPA) utilizou para divulgar o questionário para todos os segmentos uma plataforma web (<http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/QthDtt4r>). O estudo abrange um diagnóstico e uma análise da Instituição considerando-se 05 (cinco) eixos e suas respectivas dimensões, conforme previstos no instrumento de avaliação institucional.

#### **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

#### **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**

Dimensão 1: a missão e o plano de desenvolvimento institucional.

Dimensão 3: a responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

#### **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**

Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Dimensão 4: a comunicação com a sociedade.

Dimensão 9: políticas de atendimento aos estudantes.

#### **Eixo 4: Políticas de Gestão**

Dimensão 5: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-

administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Dimensão 6: organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Dimensão 10: sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

## **Eixo 5: Infraestrutura Física**

Dimensão 7: infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

### **4.2. Instrumentos e técnicas de coleta de dados**

O processo de autoavaliação realizado pela CPA adotou diversos métodos e fontes utilizando como instrumentos: consulta à comunidade através de questionários elaborados pela CPA que contém dados quantitativos e qualitativos; utilizando uma plataforma web (<http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/QthDtt4r>). Foram aplicados três questionários, um para cada segmento da comunidade acadêmica: discente, docente e técnico-administrativo.

Deve-se ressaltar que o Relatório de Autoavaliação será disponibilizado na página da CPA local do IFG câmpus Inhumas (<https://www.ifg.edu.br/inhumas/estrutura-organizacional?showall=&start=3>) e apresentado atividades institucionais do câmpus.

#### **4.2.1. Questionários**

Os questionários foram estruturados com perguntas fechadas de modo a possibilitar a captação de dados quantitativos e qualitativos, sobre os aspectos avaliados. Porém em virtude das especificidades dos segmentos respondentes, os questionários possuem variações focadas para a realidade do perfil técnico, docente e estudantil. Para a coleta de dados foi utilizada uma plataforma web, desenvolvida por meio de um projeto de ensino, que permite a aplicação de questionários on-line, gerando os gráficos e as percentagens do total de respostas e por segmentos. Os questionários abordaram de forma concisa e objetiva o “Desenvolvimento Institucional” e “Políticas de Gestão”, tendo em vista eliminar problemas de interpretação e complexidade do questionário. Sobre a “Infraestrutura” optou-se por utilizar os dados de 2019, último relatório da CPA, tendo em vista a pouca utilização da infraestrutura do IFG devido a pandemia da COVID-19.

A consulta foi realizada no período de 02 a 21 de fevereiro de 2021. Foram utilizados diferentes meios para a divulgação do processo avaliativo como links de acesso divulgados na página eletrônica da Instituição, e-mail institucional, boletins de notícias, redes sociais e informes diretos em reuniões do câmpus e nas salas de aulas virtuais.

Destacamos que a participação na pesquisa de autoavaliação se deu de forma espontânea e não obrigatória, entretanto, houve um trabalho de sensibilização junto à

comunidade para promover adesão ao processo de autoavaliação institucional, garantindo participação satisfatória dos três segmentos da comunidade.

O questionário de 2020 foi elaborado para ser claro e sucinto, buscando construir, principalmente, perguntas que avaliam o conhecimento da comunidade a respeito de aspectos relacionados às diferentes dimensões dos Eixos avaliados. As opções de respostas variam de “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo” e “não sei”.

#### **4.2.2. Definição da População da Pesquisa**

A população considerada dessa pesquisa foi composta pelos três segmentos (discentes de cursos superiores, docentes, técnicos/as administrativos/a). Um dos maiores desafios da CPA no processo de autoavaliação é envolver todos segmentos e alcançar percentuais efetivos de participação e representatividade uma vez que não há obrigatoriedade em responder o questionário.

Os quantitativos de cada segmento, bem como a proporção de participação, estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 9 - População e amostra de participantes

	<b>Discente</b>	<b>Docente</b>	<b>TAE</b>	<b>Total</b>
População	215	70	48	333
Amostra	61	43	28	132
Percentual	28,37%	61,43%	58,33%	39,64%

Fontes: Sistema Visão em 25 de agosto de 2021; Coordenação de Recursos Humanos e Assistência ao Servidor (Agosto/2021); Comissão Própria de Avaliação.

Para complementar e qualificar a análise dos dados obtidos na pesquisa quantitativa consultou-se documentos de diversos âmbitos do IFG. Tais como:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023);
- Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI 2018); e
- Relatórios de Avaliações Externas, vinculadas aos processos regulatórios da educação superior.

#### **4.3. Escalas, critérios de análise dos resultados e indicadores**

Em razão das mudanças no questionário de autoavaliação, a metodologia de tratamento, classificação e indicações das fragilidades e potencialidades institucionais sofreu uma ligeira mudança, retornando a metodologia utilizada em 2017, uma vez que as perguntas do questionário de autoavaliação ano referência 2018 não buscou avaliar os diferentes graus da aprovação de um aspecto, mas verificou o conhecimento, pertencimento e participação por meio de perguntas cujas opções de respostas foram "SIM" ou "NÃO". Esta foi a alternativa

encontrada para responder às críticas ao questionário de 2017 para, a partir de 2018 torná-lo menos denso, complexo e cansativo.

Tal metodologia com possibilidade de respostas com somente "SIM" ou "NÃO", embora tenha simplificado o questionário em sua construção, demonstrou fragilidades significativas na construção de algumas perguntas que foram inseridas no questionário com somente opção de resposta em "SIM" ou "NÃO", mas que caberia outras respostas.

Na autoavaliação de 2020 a CPA adotou a mesma metodologia empregada em 2019, a qual considera perguntas com cinco escalas avaliativas de satisfação, e uma alternativa de “escape” (desconhecimento, inexistência ou não ocorrência). São critérios de análise e indicação, conforme segue:

- Ótimo: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado e considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Bom: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado, entretanto não considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Regular: o respondente faz críticas negativas ao item avaliado e considera que o padrão pode ser melhorado.
- Ruim: o respondente considera que o item avaliado está aquém da qualidade esperada e possível.
- Péssimo: o respondente considera que o item avaliado exige medidas corretivas urgentes.
- Não sei: o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.

Como forma de estabelecer uma metodologia de tratamento dos resultados e elaborar indicações claras aos gestores sobre os aspectos que merecem maior atenção no âmbito institucional, buscou-se adotar uma categorização da proporção de aprovação (proporção de "Bom" e "Ótimo") obtida em cada um dos aspectos avaliados. Essa síntese gerou os seguintes indicativos de ação:

- **MANTER:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for igual ou maior que 76%, considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.
- **DESENVOLVER:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 51% a 75%, considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.
- **MELHORAR:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 26% a 50%, considera-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.
- **SANAR:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for até 25%, considera-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.



O quadro a seguir apresenta, de forma resumida, esta metodologia de análise:

Quadro 10 - Critérios de análise e indicadores

Percentual de respostas positivas (Somatório das respostas “Ótimo” e “Bom”)	Indicador
Até 25%	Sanar
De 26% a 50%	Melhorar
De 51% a 75%	Desenvolver
De 76% a 100%	Manter

#### 4.4. Cronograma de execução das ações

Para condução do processo de autoavaliação a CPA utilizou-se de dois pilares: ações de divulgação do questionário ou ‘Sensibilização da Comunidade’ e elaboração do Relatório de Autoavaliação Locais e Institucional de 2020/2019. Assim, as Comissões Locais e a CPA (central) cumpriram os seguintes cronogramas:

Quadro 11 - Cronograma de execução das atividades de sensibilização, referente aos processos de autoavaliação 2019-2020

Ações	Atividades	Responsável	Período
<b>Divulgação do Relatório de Autoavaliação Institucional de 2019</b>	Apresentação do Relatório de Autoavaliação Institucional nas Semanas de Planejamento do primeiro e segundo semestres.	Comissões locais	De fevereiro a março de 2020.
<b>Divulgação do Relatório de autoavaliação institucional 2019</b>	Divulgação dos resultados da Autoavaliação Institucional para a comunidade acadêmica nos meios de comunicação institucionais	CPA e Comunicação Social do IFG	De fevereiro a abril de 2020.
<b>Meta-avaliação do processo de avaliação de 2020</b>	Identificação das fragilidades, pontos fortes e desafios a serem superados no processo de avaliação em 2020.	CPA	Dezembro de 2020
<b>Reunião Técnica entre a CPA e Comissões Locais</b>	Aproximação da CPA com as Comissões Locais; ênfase sobre a importância da autoavaliação institucional na regulação da educação superior; discussão do Processo de Autoavaliação Institucional de 2020 e contribuição com o fortalecimento do processo de autoavaliação nos Câmpus.	CPA e Comissões Locais	Janeiro de 2020
<b>Envolvimento dos membros da CPA (central e locais), de forma contínua e efetiva.</b>	A atuação da CPA exige integração entre seus membros e ações a serem desenvolvidas durante todo o processo. Tal integração ocorreu por meio de reuniões (presenciais e por webconferência), e-mails, telefonemas, memorandos, entre outros.	CPA e Comissões Locais em seus respectivos âmbitos de atuação	Ação permanente
<b>Divulgação do Questionário de autoavaliação</b>	Divulgação do Questionário de Autoavaliação Institucional para a comunidade acadêmica nos meios de	CPA e Comunicação Social do IFG.	Fevereiro de 2021

<b>institucional 2020</b>	comunicação institucionais		
---------------------------	----------------------------	--	--

Quadro 12 - Cronograma de atividades para Elaboração dos Relatórios Locais e Institucional - 2020

Ações	Atividade	Responsável	Período
<b>Elaboração questionário de autoavaliação 2020</b>	Reelaboração e revisão do questionário de Autoavaliação Institucional	Reelaboração do questionário de Autoavaliação institucional	De 14 de dezembro de 2020 a 18 de janeiro de 2021
<b>Disponibilização dos questionários</b>	Mobilização da comunidade acadêmica e acompanhar o preenchimento do questionário, de modo a alcançar um percentual de amostragem satisfatório	CPA	02 de fevereiro a 21 de fevereiro de 2021
<b>Envio dos dados as Comissões Locais</b>	Encaminhamento dos resultados da pesquisa de autoavaliação às Comissões Locais pela CPA Central	CPA	08 de março de 2021
<b>Consolidação do Relatório de Autoavaliação Institucional (Geral)</b>	Processo de elaboração e escrita do Relatório de Autoavaliação Institucional, ano referência, 2020	CPA	março de 2021
<b>Postagem no e-MEC</b>	Encaminhamento do Relatório à Procuradoria Educacional Institucional e Postagem no e-Mec	CPA	março de 2021
<b>Relatório de Autoavaliação dos Câmpus</b>	Encaminhamento do Relatório de Autoavaliação Institucional dos Câmpus para a Comissão Central	Comissões Locais	setembro de 2021

## **5. AUTOAVALIAÇÃO 2020: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Nesta seção serão apresentados os resultados da autoavaliação e suas análises quantitativas e qualitativas. As análises dos dados, a consulta a setores e documentos institucionais deram elementos para subsidiar propostas de melhorias para o desenvolvimento da Instituição.

As informações desta seção estão agrupadas conforme eixos e suas respectivas dimensões na seguinte ordem:

1. Apresentação do questionamento realizado na pesquisa de autoavaliação e seu fundamento no PDI, na legislação e em documentos orientadores do MEC/INEP. Análise dos dados quantitativos e indicação do nível de fragilidade e potencialidade dos itens avaliados, por segmento da comunidade acadêmica, bem como pelo indicador da CPA.
2. Apresentação de quadro síntese de propostas de melhorias aos principais pontos críticos da Instituição.
3. Indicação de sugestões da CPA que foram consideradas pela Instituição.

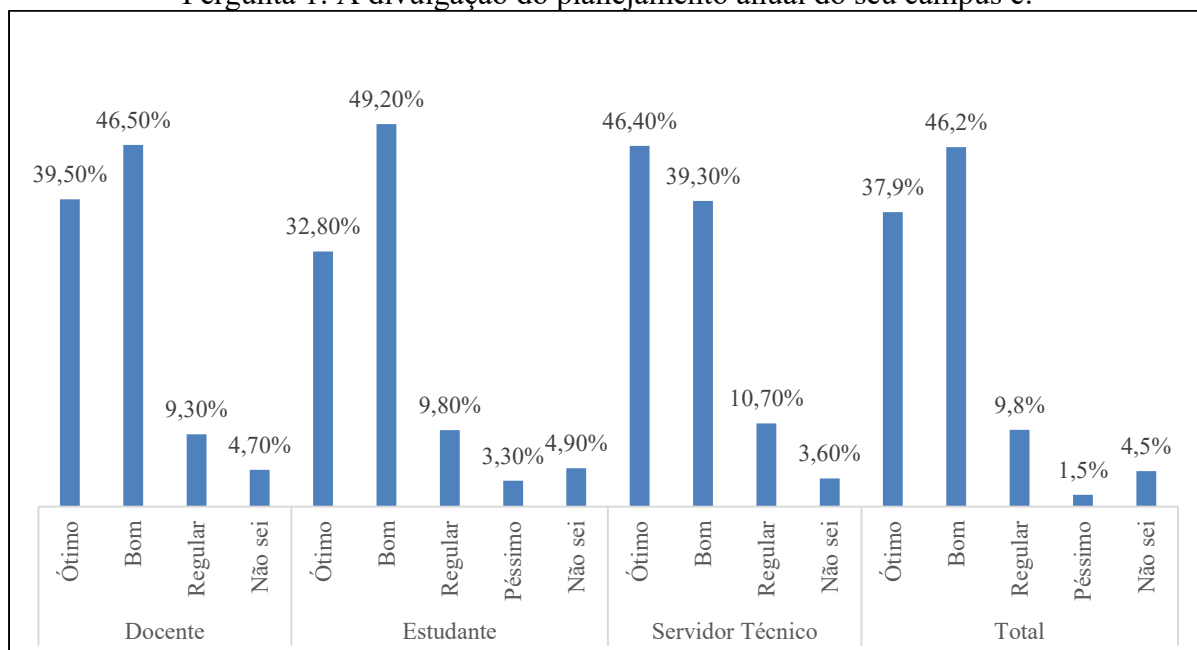
Conforme estabelecido na metodologia, tem-se como parâmetro para indicar o nível de fragilidade/potencialidade, em cada aspecto avaliado, o percentual de “BOM e ÓTIMO” assinalados pelos respondentes.

### **5.1 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

O Eixo “Planejamento e Avaliação Institucional” é composto pela dimensão VIII: “Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional”. Para essa dimensão a CPA buscou elaborar questões que avaliassem os aspectos pertinentes de maneira geral.

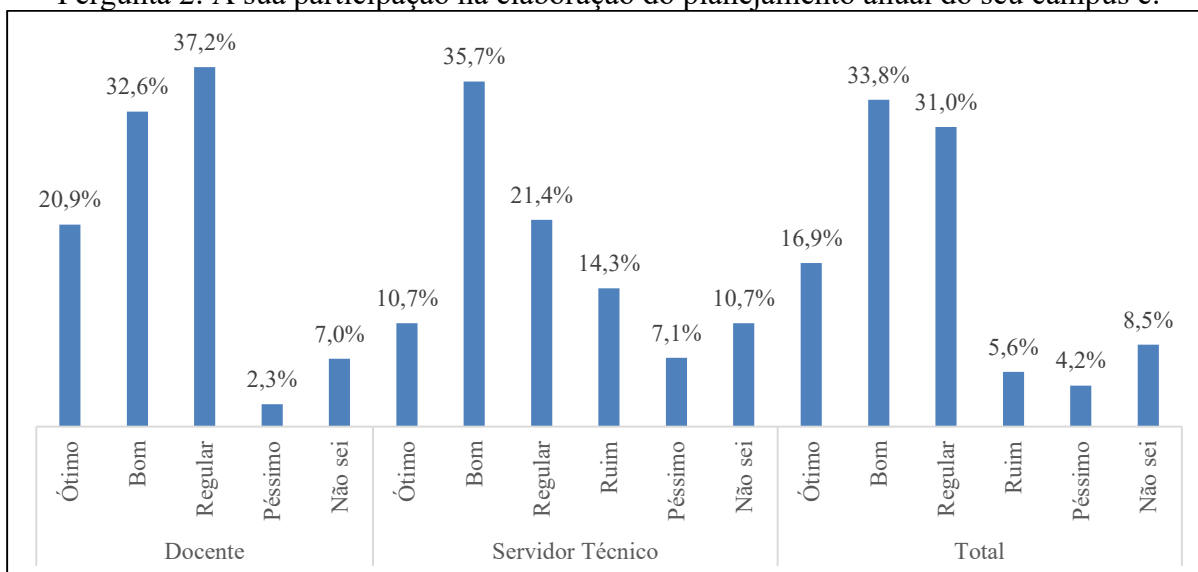
#### ***5.1.1. Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da avaliação institucional***

Pergunta 1: A divulgação do planejamento anual do seu câmpus é:



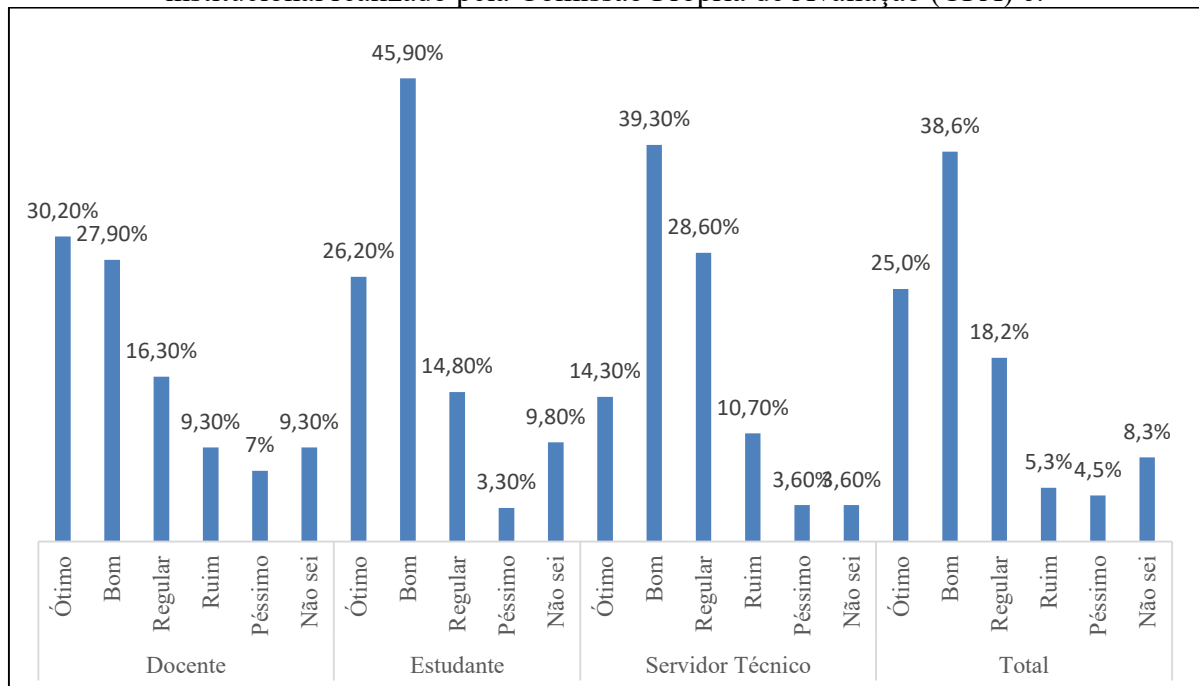
SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	17	39,50%
	Bom	20	46,50%
	Regular	4	9,30%
	Não sei	2	4,70%
86% - Manter			
Estudante	Ótimo	20	32,80%
	Bom	30	49,20%
	Regular	6	9,80%
	Pésimo	2	3,30%
	Não sei	3	4,90%
82% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	13	46,40%
	Bom	11	39,30%
	Regular	3	10,70%
	Não sei	1	3,60%
85,7% Manter			
Total	Ótimo	50	37,9%
	Bom	61	46,2%
	Regular	13	9,8%
	Pésimo	2	1,5%
	Não sei	6	4,5%
84,1% Manter			

Pergunta 2: A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu câmpus é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	9	20,9%
	Bom	14	32,6%
	Regular	16	37,2%
	Péssimo	1	2,3%
	Não sei	3	7,0%
53,5% - Desenvolver			
Servidor Técnico	Ótimo	3	10,7%
	Bom	10	35,7%
	Regular	6	21,4%
	Ruim	4	14,3%
	Péssimo	2	7,1%
	Não sei	3	10,7%
46,4% - Melhorar			
Total	Ótimo	12	16,9%
	Bom	24	33,8%
	Regular	22	31,0%
	Ruim	4	5,6%
	Péssimo	3	4,2%
	Não sei	6	8,5%
50,7% - Desenvolver			

Pergunta 3: O seu conhecimento a cerca dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	13	30,20%
	Bom	12	27,90%
	Regular	7	16,30%
	Ruim	4	9,30%
	Péssimo	3	7%
	Não sei	4	9,30%
58,1% - Desenvolver			
Estudante	Ótimo	16	26,20%
	Bom	28	45,90%
	Regular	9	14,80%
	Péssimo	2	3,30%
	Não sei	6	9,80%
72,1% - Desenvolver			
Servidor Técnico	Ótimo	4	14,30%
	Bom	11	39,30%
	Regular	8	28,60%
	Ruim	3	10,70%
	Péssimo	1	3,60%
	Não sei	1	3,60%
53,3% - Desenvolver			
Total	Ótimo	33	25,0%
	Bom	51	38,6%
	Regular	24	18,2%
	Ruim	7	5,3%
	Péssimo	6	4,5%

	Não sei	11	8,3%
63,6% - Desenvolver			

O primeiro aspecto analisado na dimensão 8 foi quanto a divulgação do planejamento anual do câmpus, no total 84,1% colocou que ele é “bom” ou “ótimo”, indicando assim a necessidade de manter. Em 2018 quando esta pergunta foi realizada, no relatório da CPA local de Inhumas foi apontado por 78,5% dos respondentes que a divulgação do planejamento anual do câmpus era satisfatória, dessarte, houve melhoria neste aspecto.

O segundo elemento analisado foi em relação a participação dos respondentes na elaboração do planejamento anual do câmpus, enquanto 46,4% dos técnico-administrativos responderam “bom” ou “ótimo” – indicando necessidade de melhoria –, 46,4% dos docentes deram esta mesma resposta – indicando necessidade de desenvolver. Em 2018, 46% dos respondentes apontou que participava desse processo.

O último aspecto analisado desta dimensão foi sobre o conhecimento dos respondentes a cerca dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), de modo geral 63,6% responderam “bom” ou “ótimo” havendo indicação de desenvolvimento, este indicador se deu nos três seguimentos. Em 2018, 61,2% dos respondentes disseram ter conhecimento sobre o aspecto analisado, portanto se avançou pouco.

### **5.1.2. Sugestões da CPA para o EIXO I - Planejamento e Avaliação Institucional**

Seguindo a proposta do PDI, que sugere que o Planejamento Anual seja um momento de construção coletiva com a comunidade de cada câmpus, a CPA sugere:

- Ampliar ainda mais a divulgação do planejamento anual do câmpus, sobretudo para o seguimento estudantil.
- Aprimorar os espaços e instâncias coletivos de participação da comunidade na elaboração do planejamento anual do câmpus, possibilitando que se envolvam e se comprometam com o processo.
- Ampliar os espaços de diálogo com a comunidade interna, constituindo comissões representativas dos diferentes seguimentos para o processo de elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento anual do câmpus.
- Após a consolidação do documento, que haja a sistematização do Planejamento de forma sucinta para a disponibilização para a comunidade, apresentando um cronograma de ações, bem como previsões financeiras e os setores responsáveis por cada ação.

Sugestões para ampliar o conhecimento dos respondentes a cerca dos resultados do processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA):

- Ampliação do processo de divulgação interna dos relatórios nas reuniões de Planejamento Pedagógico e nas reuniões administrativas, bem como nas circunstâncias de diálogo com os estudantes, como palestras, assembleias e semanas formativas.
- Impulsionar o alcance das divulgações que são feitas via e-mail, site institucional e redes sociais.

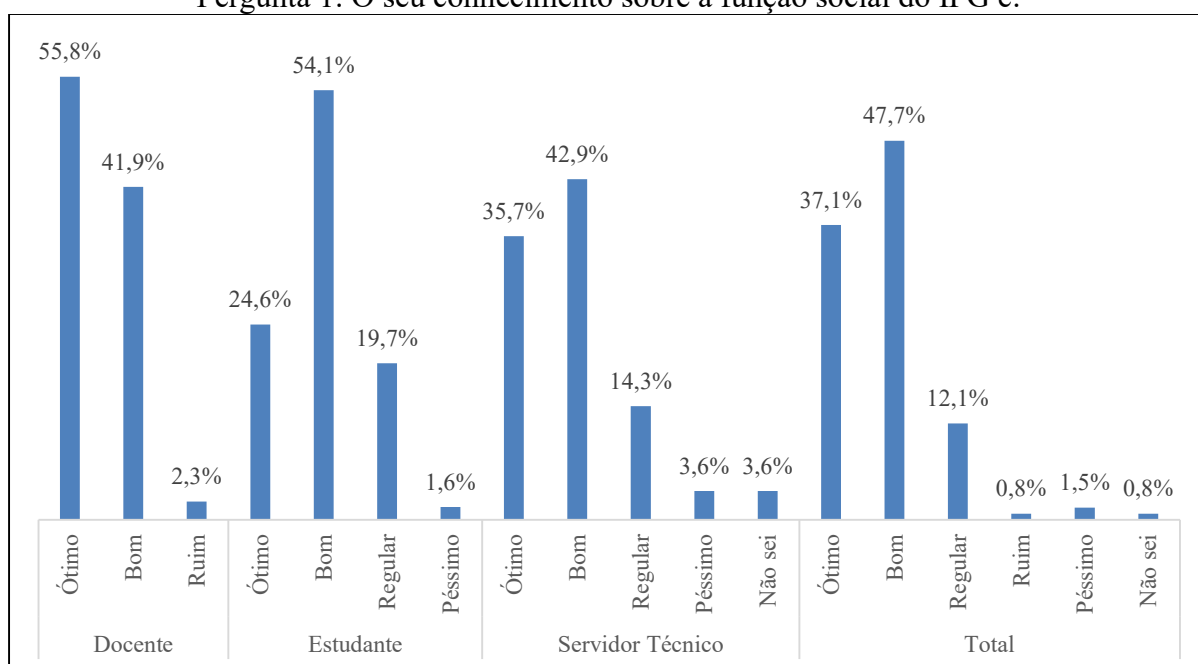
- Trabalhar junto com a comunicação social do IFG na formulação de peças e vídeos que divulguem o resultado de autoavaliação institucional à comunidade.

## 5.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Eixo "Desenvolvimento Institucional" é composto por duas dimensões: Dimensão I: "Função social e o plano de desenvolvimento institucional" e Dimensão III: "Responsabilidade Social".

### 5.2.1. Dimensão 1: Função social e o plano de desenvolvimento institucional

Pergunta 1: O seu conhecimento sobre a função social do IFG é:

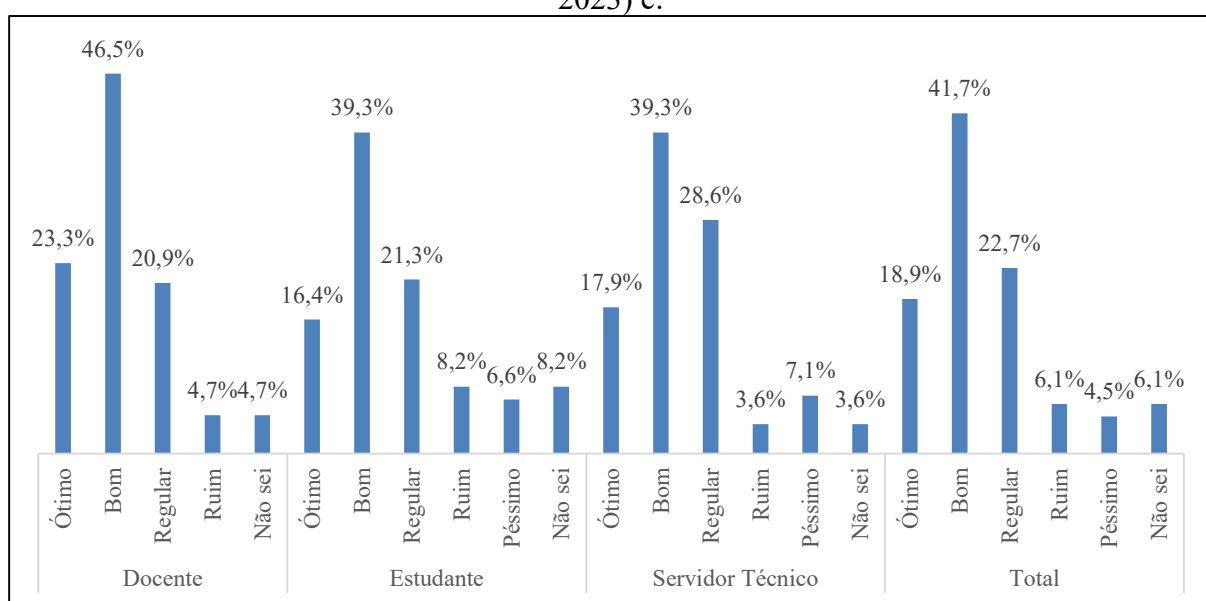


SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	24	55,80%
	Bom	18	41,90%
	Ruim	1	2,30%
97,7% - Manter			
Estudante	Ótimo	15	24,60%
	Bom	33	54,10%
	Regular	12	19,70%
	Péssimo	1	1,60%
78,7% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	10	35,70%
	Bom	12	42,90%
	Regular	4	14,30%



	Péssimo	1	3,60%
	Não sei	1	3,60%
78,6% - Manter			
Total	Ótimo	49	37,1%
	Bom	63	47,7%
	Regular	16	12,1%
	Ruim	1	0,8%
	Péssimo	2	1,5%
	Não sei	1	0,8%
84,8% - Manter			

Pergunta 2: O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	10	23,3%
	Bom	20	46,5%
	Regular	9	20,9%
	Ruim	2	4,7%
	Não sei	2	4,7%
69,8% - Desenvolver			
Estudante	Ótimo	10	16,4%
	Bom	24	39,3%
	Regular	13	21,3%
	Ruim	5	8,2%
	Péssimo	4	6,6%
	Não sei	5	8,2%
55,7% - Desenvolver			
Servidor Técnico	Ótimo	5	17,9%
	Bom	11	39,3%

	Regular	8	28,6%
	Ruim	1	3,6%
	Péssimo	2	7,1%
	Não sei	1	3,6%
57,1% - Desenvolver			
Total	Ótimo	25	18,9%
	Bom	55	41,7%
	Regular	30	22,7%
	Ruim	8	6,1%
	Péssimo	6	4,5%
	Não sei	8	6,1%
60,6% - Desenvolver			

O primeiro aspecto avaliado do eixo "Função Social e PDI" foi a percepção da comunidade acadêmica a respeito do conhecimento sobre a função social do Instituto Federal de Goiás. O PDI 2019-2023 faz um retrospecto da ideia de "função social" da Instituição a partir da criação da escola de aprendizes e artífices até a promulgação da Lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre eles o IFG. A função social do IFG é definida no item 1.2 do PDI, e apresentada como um desdobramento e ampliação da função dos Institutos Federais definida na referida lei.

A seguir apresentamos ao leitor um trecho da função social do IFG estabelecida no PDI 2019-2023:

A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é a de constituir-se e a de enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada, bem como nos princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais. (p. 13).

Portanto, avaliar o conhecimento da comunidade sobre a função social do IFG é um ponto de suma importância para a autoavaliação institucional. Nesse quesito, os dados satisfatoriamente mostraram que a indicação sobre este ponto é "Manter", ou seja, 84,8% dos respondentes disseram que seu conhecimento sobre a função social do IFG é "bom" ou "ótimo". Chama atenção que 97,7% dos docentes disseram que seu conhecimento sobre este elemento é "bom" ou "ótimo", entretanto essa mesma resposta foi dada por 78,7% dos estudantes e 78,6% dos técnico-administrativos. No relatório da CPA local do câmpus Inhumas de 2019 também havia sido apontado a necessidade de manter este aspecto, pois de modo geral 84,5% dos respondentes disse que seu conhecimento sobre a função social da instituição era "boa" ou "ótima".

O segundo aspecto avaliado por essa dimensão é o conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023). O PDI em questão foi elaborado após um longo processo de revisão coletiva, onde toda a comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) foi convidada a participar, pensando e construindo conjuntamente propostas para os quatro eixos: Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Sobre este aspecto há indicação de desenvolvimento, ou seja, de modo geral 60,6% dos respondentes apontou que seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional

(PDI 2019-2023) é “bom” ou “ótimo”. Esta mesma resposta foi dada por 69,8% dos docentes, 55,7% dos estudantes e 57,1% dos servidores técnico-administrativos. No relatório da CPA local do câmpus Inhumas de 2019 também havia sido apontado a necessidade de desenvolver este aspecto, visto que 54,9% dos respondentes disseram que seu conhecimento era “bom” ou “ótimo”, dessarte, há uma pequena melhoria de 2019 para 2020.

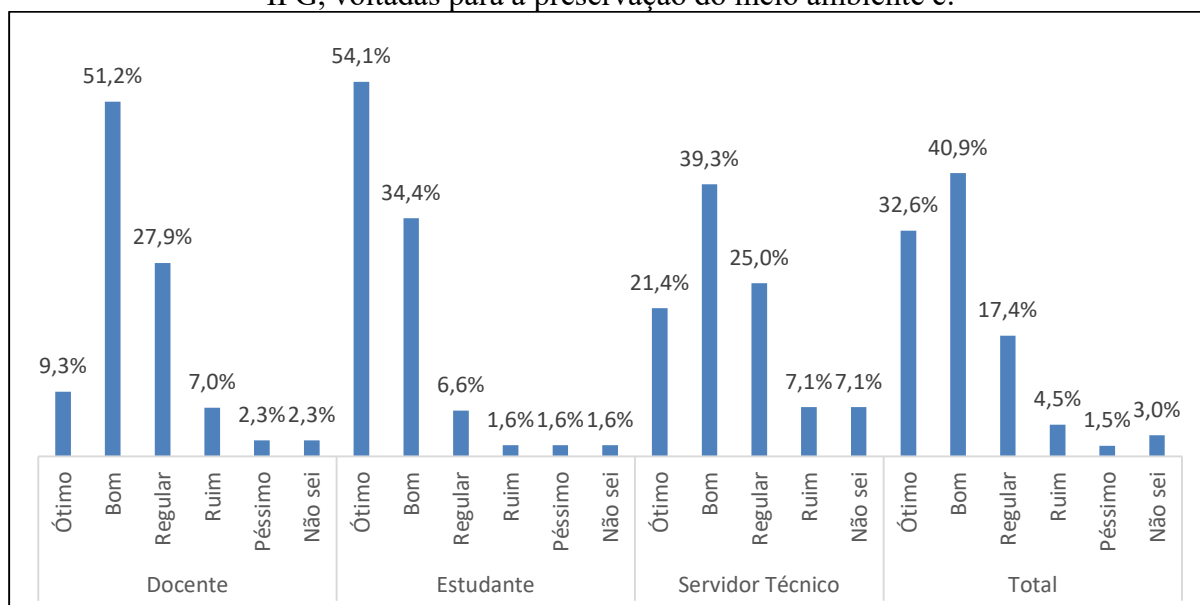
### 5.2.2. Dimensão 3: Responsabilidade social

A responsabilidade social é uma das dimensões elencadas na Lei do SINAES (Lei 10.861/2004) como obrigatória para compor a avaliação das instituições de ensino superior. O documento considera responsabilidade social como: "especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;" (Art. 3º, inciso III).

No PDI do IFG os aspectos da responsabilidade social acima mencionados e outros, perpassam grande parte dos objetivos e metas postuladas no documento. A seguir apresentamos alguns dos aspectos que se compreende como "responsabilidade social" pela Lei do SINAES, que estão presentes no PDI e foram abordados na pesquisa de autoavaliação institucional 2019.

#### 5.2.2.1. Responsabilidade ambiental

Pergunta 1: O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	4	9,3%
	Bom	22	51,2%
	Regular	12	27,9%
	Ruim	3	7,0%
	Péssimo	1	2,3%
	Não sei	1	2,3%

60,5% - Desenvolver			
Estudante	Ótimo	33	54,1%
	Bom	21	34,4%
	Regular	4	6,6%
	Ruim	1	1,6%
	Péssimo	1	1,6%
	Não sei	1	1,6%
88,5% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	6	21,4%
	Bom	11	39,3%
	Regular	7	25,0%
	Ruim	2	7,1%
	Não sei	2	7,1%
60,7% - Desenvolver			
Total	Ótimo	43	32,6%
	Bom	54	40,9%
	Regular	23	17,4%
	Ruim	6	4,5%
	Péssimo	2	1,5%
	Não sei	4	3,0%
73,5% - Desenvolver			

O PDI aborda a responsabilidade ambiental na forma de promoção da sustentabilidade ambiental nos diferentes campos de atuação da Instituição. Na definição da atuação acadêmica no campo da pesquisa e pós-graduação o PDI traz que ela será orientada por parâmetros de: "promoção do desenvolvimento socioeconômico socialmente sustentável" (p.31). Ao estabelecer como meta a criação do Centro de Inovação Tecnológica (CITE/IFG), o documento coloca como objetivo do CITE a efetivação de ações que promovam a inovação e proteção da propriedade intelectual no IFG sob o tripé ensino, pesquisa e extensão, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e ambiental do País" (p.35). Além disso, estabelece como objetivo a valorização e incentivo da realização de pesquisas "notadamente as voltadas para a preservação do meio ambiente" (p.35), entre outros.

Na atuação acadêmica no campo da Extensão e nas Políticas de Extensão o contexto socioambiental é reiteradamente lembrado para proposição das ações de sua competência, segundo definição do documento: "extensão, portanto, compõe a formação integral dos educandos, em sintonia com as realidades regionais e as políticas públicas de desenvolvimento social, econômico, artístico, cultural e ambiental." (p.136). O desenvolvimento ambiental, dentre outros, de maneira sustentável está colocado como objetivo da extensão no IFG (p. 137); bem como, as diretrizes das ações de extensão orientam para o desenvolvimento de ações que contribuam para o desenvolvimento ambiental na formação de cidadãos/ãs (p. 138). Nas ações de extensão para serem realizadas ao longo da vigência do PDI uma das metas é a garantia de uma linha temática denominada "meio ambiente" nos editais de extensão. Na definição das atividades de extensão a serem desenvolvidas prioritariamente temos de forma explícita a preocupação com o desenvolvimento programas com ações de médio e longo prazo que

contemplem as questões ambientais no item 6.3 alínea b (p.139).

Na atuação acadêmica no campo do Ensino, a questão ambiental aparece nas Diretrizes Curriculares para a Educação Técnica de Nível Médio como obrigatoriedade no currículo dos cursos, conforme Resolução CNE/2012 e LDB (Lei 9394/96). O documento menciona que a formação de um cidadão ambientalmente responsável também é requisito legal do perfil do egresso nos cursos de graduação.

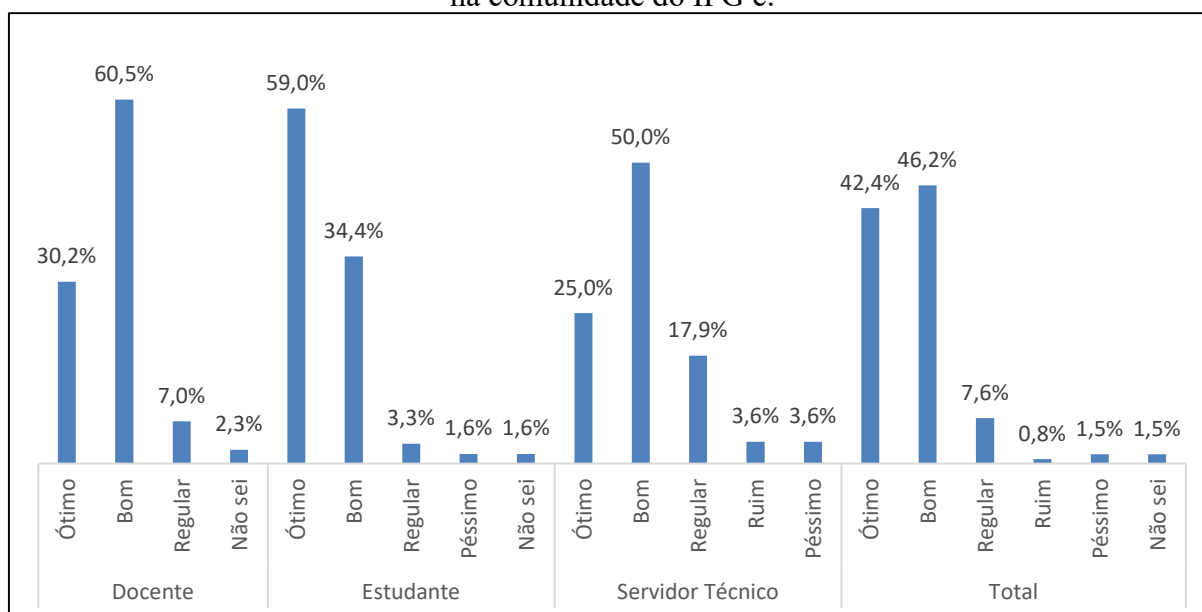
Nas ações relacionadas ao campo do Ensino durante a vigência do PDI temos a perspectiva de inclusão no calendário institucional da Semana Nacional do Meio Ambiente. Nas metas da Instituição como um todo, a meta 25 estabelece:

25. criação de um Comitê de Sustentabilidade em todos os Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás que vise à propositura de ações voltadas para os três pilares da sustentabilidade (social, ambiental e econômico) e que proponha ações de reaproveitamento de água e resíduos, além de ações que busquem o uso racional de energia, durante a vigência do PDI 2019/2023;

Diante do exposto, por estar de forma explícita e transversal nas diretrizes, metas e objetivo estabelecidos PDI, a CPA decidiu por elaborar uma pergunta geral que permitisse abarcar a percepção dos participantes acerca das ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, que são voltadas para a preservação do meio ambiente. Como resultado, o tópico recebeu a indicação de “Desenvolver”, com 73,5% de respostas “bom” ou “ótimo”. Enquanto 60,5% dos docentes responderam “bom” ou “ótimo” para esta questão e 60,7% dos técnico-administrativos deram esta mesma resposta, nos estudantes este percentual foi de 88,5% havendo indicação de manutenção. No relatório de autoavaliação da CPA do câmpus Inhumas de 2019 a indicação foi de manter.

### 5.2.2.2 Respeito às diferenças:

Pergunta 2: O respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do IFG é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	13	30,2%
	Bom	26	60,5%
	Regular	3	7,0%
	Não sei	1	2,3%
90,7% - Manter			
Estudante	Ótimo	36	59%
	Bom	21	34,40%
	Regular	2	3,30%
	Péssimo	1	1,60%
	Não sei	1	1,60%
93,4% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	7	25,0%
	Bom	14	50,0%
	Regular	5	17,9%
	Ruim	1	3,6%
	Péssimo	1	3,6%
75,0% - Desenvolver			
Total	Ótimo	56	42,4%
	Bom	61	46,2%
	Regular	10	7,6%
	Ruim	1	0,8%
	Péssimo	2	1,5%
	Não sei	2	1,5%
88,6% - Manter			

Outro aspecto avaliado que buscou compreender a percepção da comunidade acerca da responsabilidade social da Instituição foi o respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG. Conforme o PDI vigente o IFG as questões identitárias serão abordadas enquanto objetivo da Instituição:

efetivar um espaço educacional democrático que assegure a participação de todas as pessoas, garantindo a representatividade e a permanência das minorias identitárias, sócio raciais, culturais, étnicas, de gênero e sexualidades; (PDI 2019-2023, p. 15).

Ao longo do PDI as questões identitárias são tratadas de forma conjunta, como por exemplo na meta 14, que estabelece a criação de programas institucionais para auxílio e atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, de diferentes contextos sociais e culturais e para promoção de plena igualdade de gênero.

Das prioridades institucionais as ações referentes ao respeito às diferenças são abordadas no campo do ensino com o compromisso de consolidar da Comissão de Promoção de Políticas para Igualdade Racial (CPPIR) e do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas e criar "comissões permanentes que garantam a promoção da plena igualdade nas relações de gênero e da proteção da livre manifestação de orientação sexual" (p.

26). O PDI também estabelece a obrigatoriedade de, em cada campus, se realizar ao menos um evento sobre "temas voltados à inclusão social, à igualdade étnico-racial, de gênero e à sustentabilidade" (p. 46). A promoção de ações de capacitação com o foco nas questões sobre diversidade para Ouvidoria da Instituição para que se possa criar indicadores institucionais é previsto nas ações prioritárias de Gestão de Pessoas.

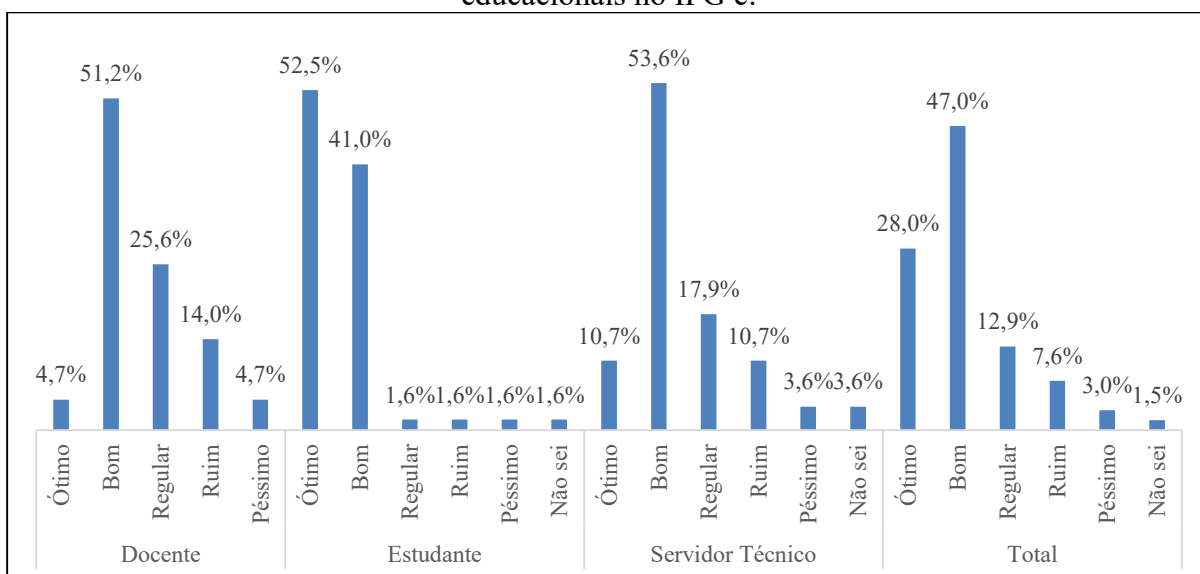
Ainda sobre a gestão de pessoas e o respeito às diferenças, o PDI busca garantir que a CPPIR acompanhe e auxilie em processos de seleção de servidores (p.57). As orientações para política de comunicação também apresentam um olhar para a diversidade e inclusão (p.98). Assim como no PPPI (Projeto Político Pedagógico Institucional) traz em seus princípios o respeito às diversidades e tem em seus parâmetros:

promoção de políticas institucionais orientadas pela busca de uma sociedade não discriminatória, igualitária e justa, de modo a valorizar a diversidade étnico-racial, social e cultural, e a promover a igualdade de condições às pessoas portadoras de necessidades educacionais específicas, a igualdade de gênero e a livre orientação sexual (p. 110).

Assim, ao serem questionados sobre o respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do IFG, 88,6% dos respondentes disseram que é “boa” ou “ótima”, havendo indicação de manutenção. Enquanto o percentual de docentes que deram esta mesma resposta foi de 90,7% e de estudantes foi de 93,4%, entre os técnicos administrativos esse percentual foi de 75,0% - portanto nestes última a indicação foi desenvolver. Dessarte, o respeito e a valorização da diversidade, pelo que pode ser percebido, não fica apenas no texto do PDI ou no âmbito das sugestões, alcançando também a realidade do cotidiano dos servidores e estudantes da instituição. A indicação de manter os elementos avaliados neste aspectos haviam sido apontados também no relatório da CPA local do câmpus Inhumas em 2019, tendo melhorados as respostas de “boa” e “ótima” em 2020.

### 5.2.2.3 Inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas

Pergunta 3: A política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais no IFG é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	2	4,7%
	Bom	22	51,2%
	Regular	11	25,6%
	Ruim	6	14,0%
	Péssimo	2	4,7%
55,8% - Desenvolver			
Estudante	Ótimo	32	52,5%
	Bom	25	41,0%
	Regular	1	1,6%
	Ruim	1	1,6%
	Péssimo	1	1,6%
	Não sei	1	1,6%
93,4% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	3	10,7%
	Bom	15	53,6%
	Regular	5	17,9%
	Ruim	3	10,7%
	Péssimo	1	3,6%
	Não sei	1	3,6%
64,3% - Desenvolver			
Total	Ótimo	37	28,0%
	Bom	62	47,0%
	Regular	17	12,9%
	Ruim	10	7,6%
	Péssimo	4	3,0%
	Não sei	2	1,5%
75,0% - Desenvolver			

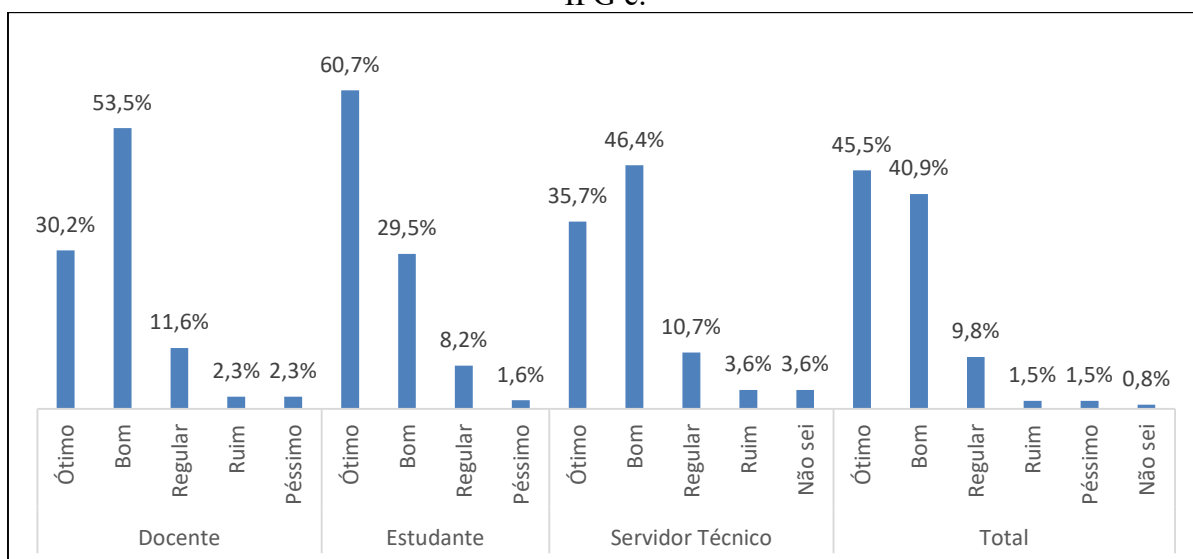
Observa-se que a inclusão, em seus mais diversos aspectos, apresenta-se como preocupação institucional abordada no PDI. O IFG define como uma de suas metas a elaboração de programas de criação de condições adequadas aos portadores de necessidades educacionais específicas. Em relação às ações voltadas para a inclusão das pessoas com necessidades específicas, o PDI nos traz como meta institucional a implementação do NAPNE em cada campus (p.18). Como ação prioritária prevê a sua consolidação e o estabelecimento de uma agenda de capacitação para a comunidade (p. 26). A reserva de código de vagas para contratação de professor para o Atendimento Educacional Especializado é ação prioritária relacionada à Gestão de Pessoas e a criação de uma política de acompanhamento da vida acadêmica dos discentes em suas diversidades, contemplam a preocupação que o PDI traz em relação à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas.

Nesse sentido, ao serem questionados sobre a política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais no IFG, a indicação geral dos respondentes foi de desenvolver com 75% os respondentes dizendo ser ela “boa” ou “ótima”. Para os docentes e técnico-administrativos há necessidade de desenvolver, pois naqueles 55,8% responderam “bom” ou “ótimo” e nestes 64,3% deram esta mesma resposta, já entre os estudantes esse percentual foi de 93,4% havendo indicação de manutenção. Embora a indicação de desenvolver já estivesse presente no relatório de autoavaliação da CPA local do IFG Inhumas em 2019, o percentual de respondentes que disseram ser “boa” ou “ótima” aumentou.



#### 5.2.2.4. O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico

Pergunta 4: Incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	13	30,20%
	Bom	23	53,50%
	Regular	5	11,60%
	Ruim	1	2,30%
	Péssimo	1	2,30%
83,7% - Manter			
Estudante	Ótimo	37	60,70%
	Bom	18	29,50%
	Regular	5	8,20%
	Péssimo	1	1,60%
90,2% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	10	35,70%
	Bom	13	46,40%
	Regular	3	10,70%
	Ruim	1	3,60%
	Não sei	1	3,60%
82,1% - Manter			
Total	Ótimo	60	45,5%
	Bom	54	40,9%
	Regular	13	9,8%
	Ruim	2	1,5%
	Péssimo	2	1,5%
	Não sei	1	0,8%
86,4% - Manter			

O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico, e a transferência de tecnologia e conhecimento à comunidade é um dos objetivos da pesquisa no IFG. Observa-se que tal aspecto é contemplado com maior ênfase no âmbito das ações da Pesquisa e Pós-Graduação e possui os seguintes programas de iniciação científica e tecnológica:

- I. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), destinado ao estudante dos cursos superiores da Instituição, que deve ser ampliado a partir de 2019.
- II. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af), destinado ao estudante dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás que tenham ingressado na Instituição pelo sistema de cotas sociais.
- III. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), destinado ao estudante dos cursos superiores da Instituição.
- IV. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM), destinado ao estudante dos cursos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
- V. Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), destinado a estudantes dos cursos superiores e de nível médio, interessados em desenvolver atividades de pesquisa sem o recebimento de bolsa.

Observa-se que alguns dos programas que buscam promover a iniciação científica e desenvolvimento tecnológico articulam-se com outras questões relativas à inclusão social, como ações afirmativas e cotas sociais, fortalecendo a responsabilidade social em várias de suas dimensões.

Quando questionados sobre o incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG houve a indicação de manutenção, pois 86,4% dos respondentes apontaram que aquele é “bom” ou “ótimo”. Essa mesma indicação havia sido dada no relatório da CPA local do câmpus Inhumas de 2019.

### ***5.2.3 Sugestões da CPA para o EIXO II: Desenvolvimento Institucional***

O resultado da pesquisa demonstrou que a comunidade interna do IFG conhece a sua função social, contudo há necessidade de ampliar o conhecimento dela sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), assim fazemos a seguintes sugestões:

- Ampliar nas atividades realizadas pelo campus a socialização de aspectos centrais do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023).
- Aprimorar a divulgação de elementos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) nas redes sociais do câmpus.

Em relação a responsabilidade social da instituição as sugestões são:

- Melhorar a infraestrutura do câmpus para que haja maior acessibilidade aos diferentes espaços.
- Consolidar e aprimorar as condições de atuação no campus do NAPNE, inclusive com investimento de pessoal e materiais específicos.
- Sensibilizar a comunidade sobre a necessidade de desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação

do meio ambiente, havendo a presença da temática em eventos organizados pelo câmpus.

- Fortalecer as ações do câmpus voltadas ao respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade.

### **5.3 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS**

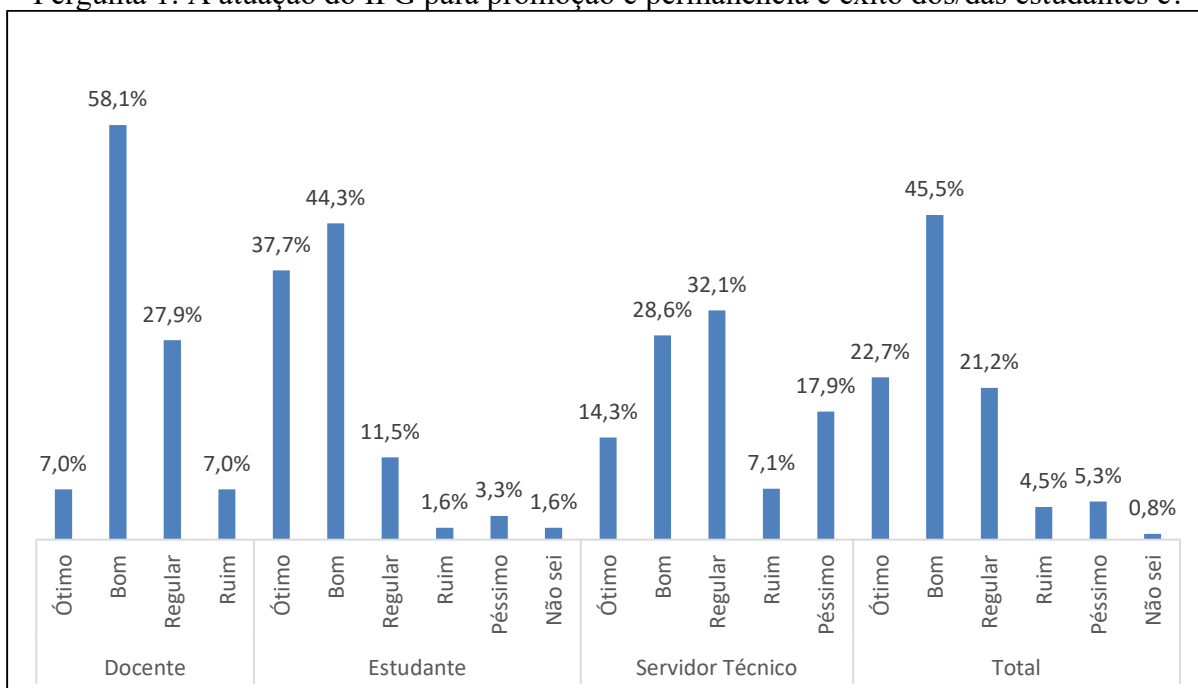
O Eixo “Políticas Acadêmicas” é composto por três dimensões: Dimensão II: “A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades”; e Dimensão IV: “Comunicação com a sociedade”; e Dimensão IX: “Políticas de atendimento aos estudantes”.

#### ***5.3.1. Dimensão 2: A política para ensino, pesquisa e extensão***

A Dimensão II corresponde à política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um dos pressupostos da função social e dos princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição. Por este motivo essa dimensão está presente no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFG e permeia toda a proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Essa dimensão corresponde a três dos quatro eixos discutidos pelo PDI, sendo muito importante para o questionário de autoavaliação.

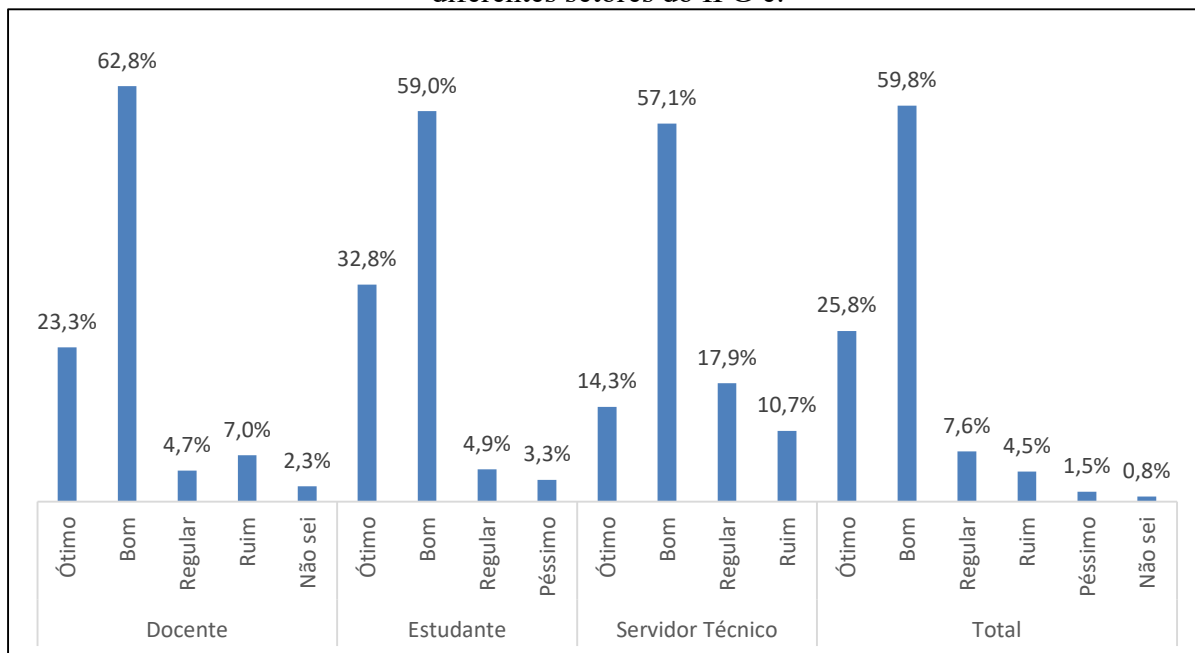
Pergunta 1: A atuação do IFG para promoção e permanência e êxito dos/das estudantes é?



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	3	7,0%
	Bom	25	58,1%
	Regular	12	27,9%
	Ruim	3	7,0%
65,1% - Desenvolver			
Estudante	Ótimo	23	37,7%
	Bom	27	44,3%
	Regular	7	11,5%
	Ruim	1	1,6%
	Péssimo	2	3,3%
	Não sei	1	1,6%
82,0% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	4	14,3%
	Bom	8	28,6%
	Regular	9	32,1%
	Ruim	2	7,1%
	Péssimo	5	17,9%
42,9% - Melhorar			
Total	Ótimo	30	22,7%
	Bom	60	45,5%
	Regular	28	21,2%
	Ruim	6	4,5%
	Péssimo	7	5,3%
	Não sei	1	0,8%

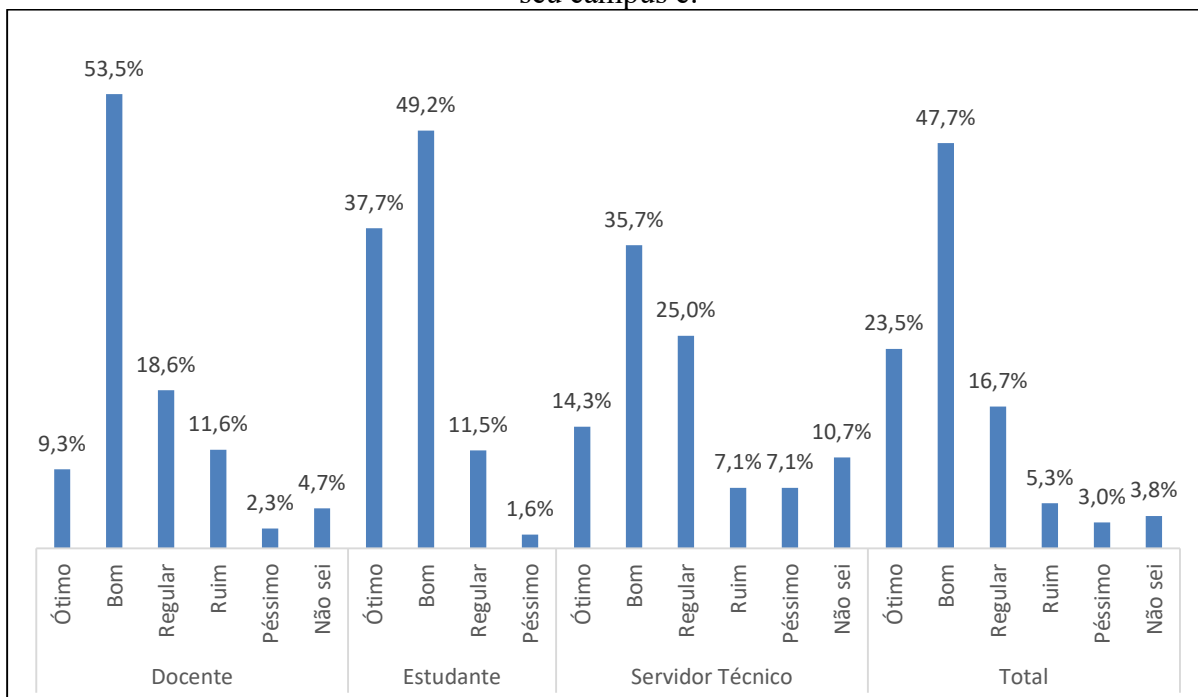
68,2% - Desenvolver

Pergunta 2: Na sua experiência, o atendimento à comunidade acadêmica prestado pelos diferentes setores do IFG é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	10	23,3%
	Bom	27	62,8%
	Regular	2	4,7%
	Ruim	3	7,0%
	Não sei	1	2,3%
86,0% - Manter			
Estudante	Ótimo	20	32,8%
	Bom	36	59,0%
	Regular	3	4,9%
	Péssimo	2	3,3%
91,8% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	4	14,3%
	Bom	16	57,1%
	Regular	5	17,9%
	Ruim	3	10,7%
71,4% - Desenvolver			
Total	Ótimo	34	25,8%
	Bom	79	59,8%
	Regular	10	7,6%
	Ruim	6	4,5%
	Péssimo	2	1,5%
	Não sei	1	0,8%
85,6% - Manter			

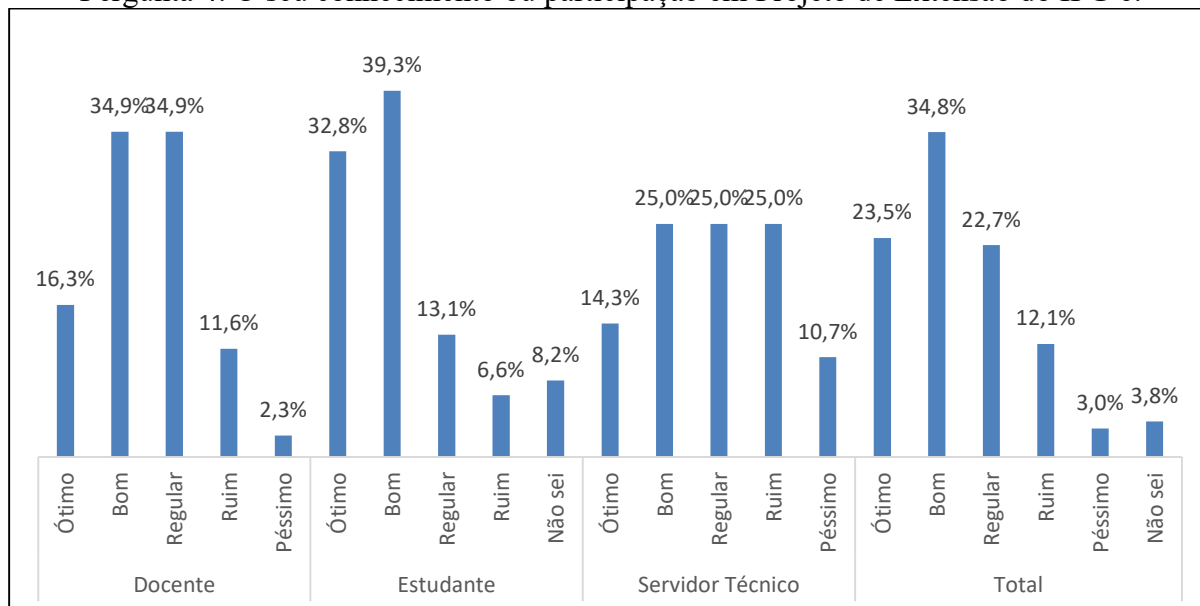
Pergunta 3: O atendimento às demandas socioeconômicas da região pelos cursos ofertados no seu câmpus é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	4	9,3%
	Bom	23	53,5%
	Regular	8	18,6%
	Ruim	5	11,6%
	Péssimo	1	2,3%
	Não sei	2	4,7%
62,8% - Desenvolver			
Estudante	Ótimo	23	37,7%
	Bom	30	49,2%
	Regular	7	11,5%
	Péssimo	1	1,6%
86,9% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	4	14,3%
	Bom	10	35,7%
	Regular	7	25,0%
	Ruim	2	7,1%
	Péssimo	2	7,1%
	Não sei	3	10,7%
50,0% - Melhorar			
Total	Ótimo	31	23,5%
	Bom	63	47,7%
	Regular	22	16,7%
	Ruim	7	5,3%
	Péssimo	4	3,0%

	Não sei	5	3,8%
71,2% - Desenvolver			

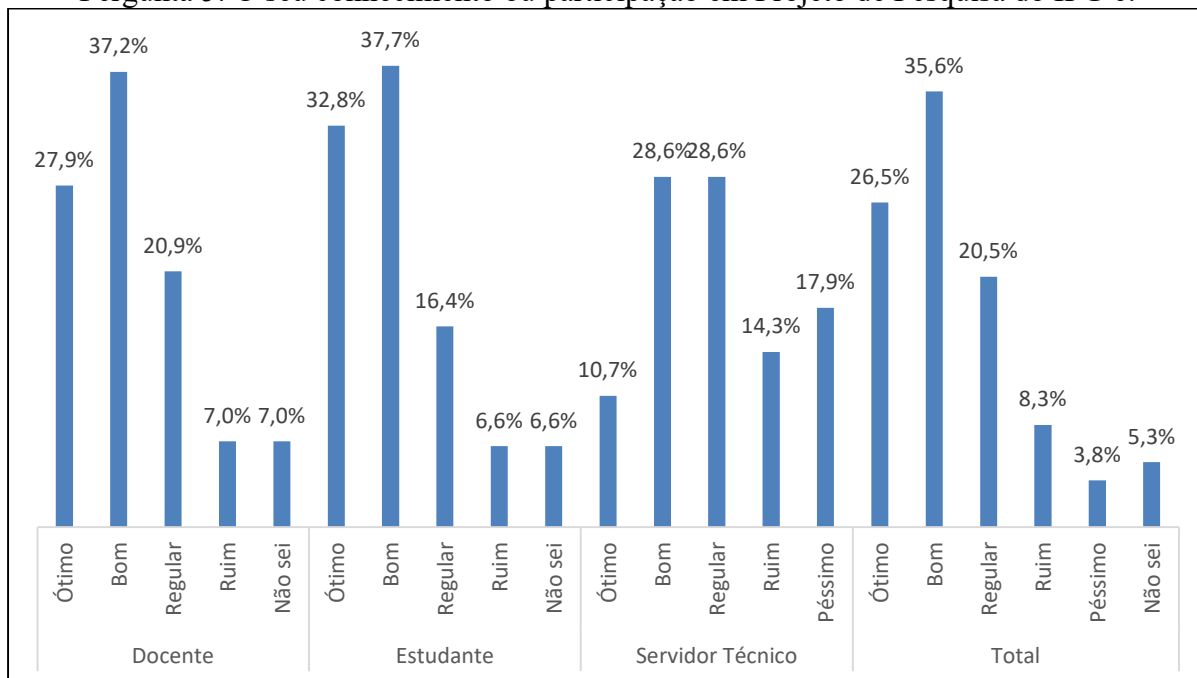
**Pergunta 4: O seu conhecimento ou participação em Projeto de Extensão do IFG é:**



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	7	16,3%
	Bom	15	34,9%
	Regular	15	34,9%
	Ruim	5	11,6%
	Péssimo	1	2,3%
51,2% - Desenvolver			
Estudante	Ótimo	20	32,8%
	Bom	24	39,3%
	Regular	8	13,1%
	Ruim	4	6,6%
	Não sei	5	8,2%
72,1% - Desenvolver			
Servidor Técnico	Ótimo	4	14,3%
	Bom	7	25,0%
	Regular	7	25,0%
	Ruim	7	25,0%
	Péssimo	3	10,7%
39,3% - Melhorar			
Total	Ótimo	31	23,5%
	Bom	46	34,8%
	Regular	30	22,7%
	Ruim	16	12,1%
	Péssimo	4	3,0%

	Não sei	5	3,8%
58,3% - Desenvolver			

**Pergunta 5: O seu conhecimento ou participação em Projeto de Pesquisa do IFG é:**

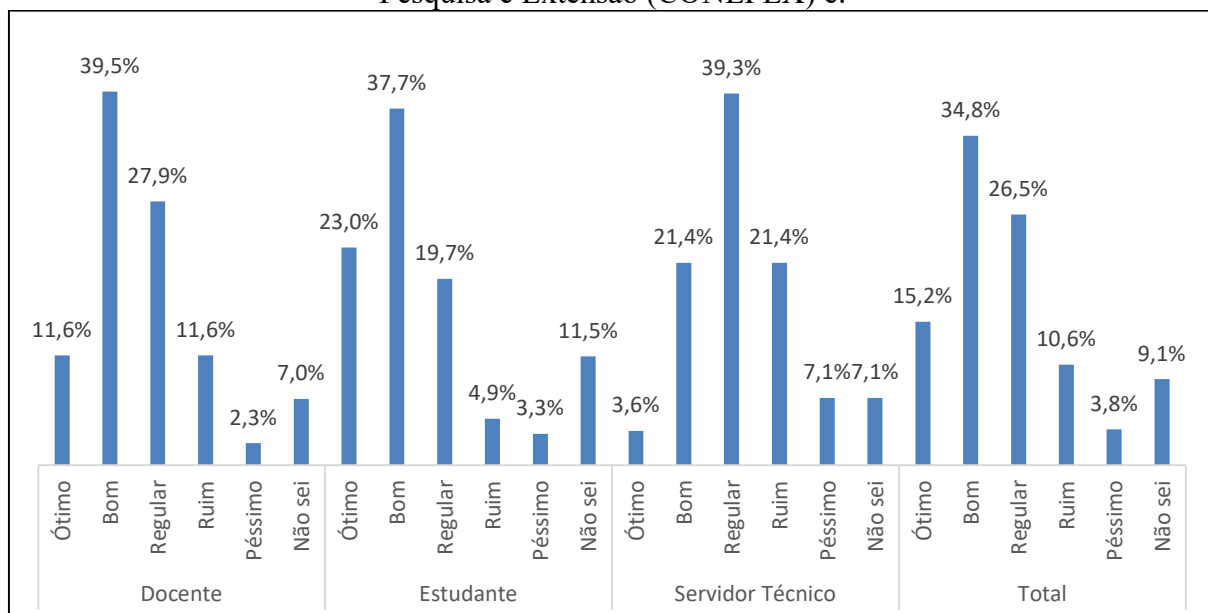


SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	12	27,9%
	Bom	16	37,2%
	Regular	9	20,9%
	Ruim	3	7,0%
	Não sei	3	7,0%
65,1% - Desenvolver			
Estudante	Ótimo	20	32,8%
	Bom	23	37,7%
	Regular	10	16,4%
	Ruim	4	6,6%
	Não sei	4	6,6%
70,5% - Desenvolver			
Servidor Técnico	Ótimo	3	10,7%
	Bom	8	28,6%
	Regular	8	28,6%
	Ruim	4	14,3%
	Péssimo	5	17,9%
39,3% - Melhorar			
Total	Ótimo	35	26,5%
	Bom	47	35,6%
	Regular	27	20,5%
	Ruim	11	8,3%



	Péssimo	5	3,8%
	Não sei	7	5,3%
62,1% - Desenvolver			

Pergunta 6: O seu conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX) é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	5	11,6%
	Bom	17	39,5%
	Regular	12	27,9%
	Ruim	5	11,6%
	Péssimo	1	2,3%
	Não sei	3	7,0%
51,2% - Desenvolver			
Estudante	Ótimo	14	23,0%
	Bom	23	37,7%
	Regular	12	19,7%
	Ruim	3	4,9%
	Péssimo	2	3,3%
	Não sei	7	11,5%
60,7% - Desenvolver			
Servidor Técnico	Ótimo	1	3,6%
	Bom	6	21,4%
	Regular	11	39,3%
	Ruim	6	21,4%
	Péssimo	2	7,1%
	Não sei	2	7,1%
25,0% - Sanar			

Total	Ótimo	20	15,2%
	Bom	46	34,8%
	Regular	35	26,5%
	Ruim	14	10,6%
	Péssimo	5	3,8%
	Não sei	12	9,1%
50,0% - Melhorar			

Em relação ao aspecto da atuação do IFG para promoção e permanência e êxito dos/das estudantes foi indicado desenvolver, pois de modo geral 68,2% dos respondentes disseram que aquela é “boa” ou “ótima”. Contudo, o seguimento docente apontou desenvolver, o estudantil indicou manter e o dos servidores técnico-administrativos apontou melhorar. No relatório da CPA local do câmpus Inhumas em 2018 foi apontado que a referida política era satisfatória por 63% dos respondentes, tendo também a indicação de desenvolver.

Ao ser questionado sobre a experiência dos sujeitos quanto ao atendimento à comunidade acadêmica prestado pelos diferentes setores do IFG, se indicou manter, com 85,6% dos respondentes assinalando “bom” ou “ótimo”. Todavia, enquanto os docentes e estudantes indicaram manter, os técnicos administrativos indicaram desenvolver. No relatório da CPA local do câmpus Inhumas em 2018 foi apontando que 92% dos respondentes que eram bem atendidos pelos setores do IFG, a indicação foi por manter, contudo como pode ser visto a avaliação atual demonstrou decréscimo da aprovação dos atendimentos.

Outro elemento questionado foi sobre o atendimento às demandas socioeconômicas da região pelos cursos ofertados no câmpus, ocorrendo a indicação de desenvolver, pois 71,2% dos respondentes assinalou que ele é “bom” ou “ótimo”. Mas, o seguimento docente indicou desenvolver, o estudantil apontou manter e os técnico-administrativos sugeriram melhorar. No relatório de 2019 da CPA local do câmpus Inhumas 62% dos respondentes disserem que o câmpus atende as demandas socioeconômicas da região, dessa maneira, pode ser visto que essa percepção melhorou em 2020.

Outra questão levantada foi sobre o conhecimento ou participação dos sujeitos em projetos de extensão do IFG, como 58,3% dos respondentes assinalaram “bom” ou “ótimo” houve a indicação de desenvolver. Para docentes e estudantes há necessidade de desenvolver este quesito, já para os técnico-administrativos ele deve ser melhorado. Embora seja um índice baixo, em 2019 no relatório da CPA local do câmpus Inhumas ele foi de menor, pois apenas 52% dos respondentes apontaram que conheciam ou participavam de algum projeto de extensão.

Foi buscado saber sobre o conhecimento ou participação dos sujeitos em Projeto de Pesquisa do IFG, o resultado foi que 62,1% dos respondentes assinalam como “bom” ou “ótimo” ocorrendo a indicação de desenvolver. Docentes e discentes apontaram a necessidade de desenvolver, enquanto técnico-administrativos indicam melhorar. No relatório da CPA local do câmpus Inhumas em 2018, 65% de quem respondeu disse conhecer ou participar de algum projeto de pesquisa, o índice é próximo do encontrado em 2020.

De modo geral, os técnico-administrativos colocam a necessidade de melhorar o conhecimento e participação nos projetos de pesquisa e extensão, nestes dois aspectos as respostas deles como “boa” ou “ótimo” alcançaram apenas 39,3%.

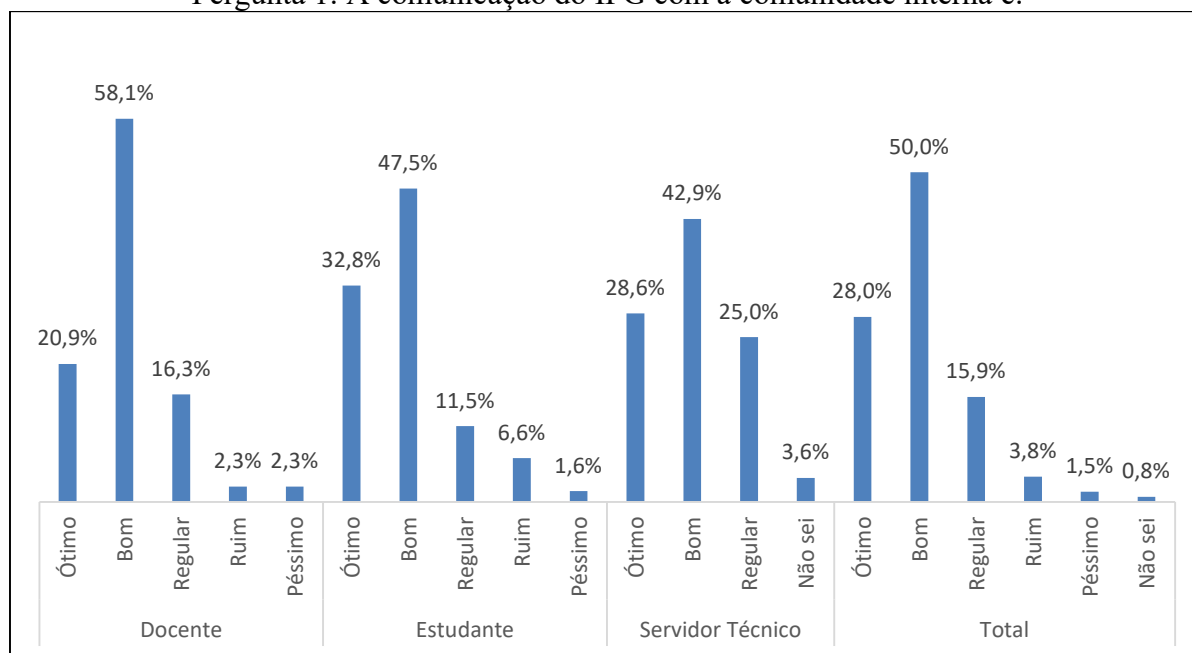
A última pergunta dessa dimensão foi sobre conhecimento dos sujeitos sobre o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX), como 50% dos

respondentes disseram que é “bom” ou “ótimo”, a indicação geral é melhorar. A indicação de docentes e discentes é desenvolver, já para os técnico-administrativos é sanar. Chama atenção neste quesito que o conceito mais assinalado pelos técnico-administrativos foi “regular” com 39,3%. A indicação de melhoria neste aspecto já havia sido apontada no relatório da CPA local do câmpus Inhumas em 2018, vez à época 45% dos respondentes disse acompanhar os trabalhos do CONEPEX.

### 5.3.2. Dimensão 4: Comunicação com a sociedade

A questão sobre a comunicação do IFG com a sociedade buscou avaliar a satisfação da comunidade com as ações da Instituição no site, nas divulgações via e-mail e redes sociais oficiais, uma vez que a produção e difusão de informações via internet tem assumido um papel de grande relevância na sociedade contemporânea.

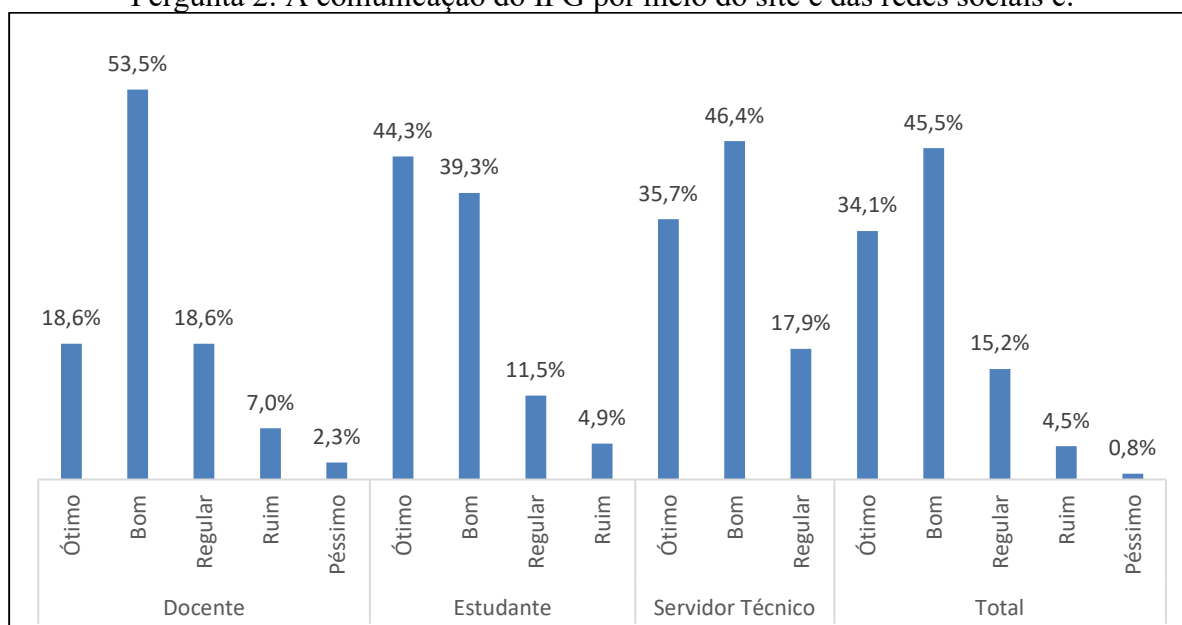
Pergunta 1: A comunicação do IFG com a comunidade interna é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	9	20,9%
	Bom	25	58,1%
	Regular	7	16,3%
	Ruim	1	2,3%
	Péssimo	1	2,3%
79,1 - Manter			
Estudante	Ótimo	20	32,8%
	Bom	29	47,5%
	Regular	7	11,5%
	Ruim	4	6,6%
	Péssimo	1	1,6%
80,3% - Manter			

Servidor Técnico	Ótimo	8	28,6%
	Bom	12	42,9%
	Regular	7	25,0%
	Não sei	1	3,6%
71,4% - Desenvolver			
Total	Ótimo	37	28,0%
	Bom	66	50,0%
	Regular	21	15,9%
	Ruim	5	3,8%
	Péssimo	2	1,5%
	Não sei	1	0,8%
78,0% - Manter			

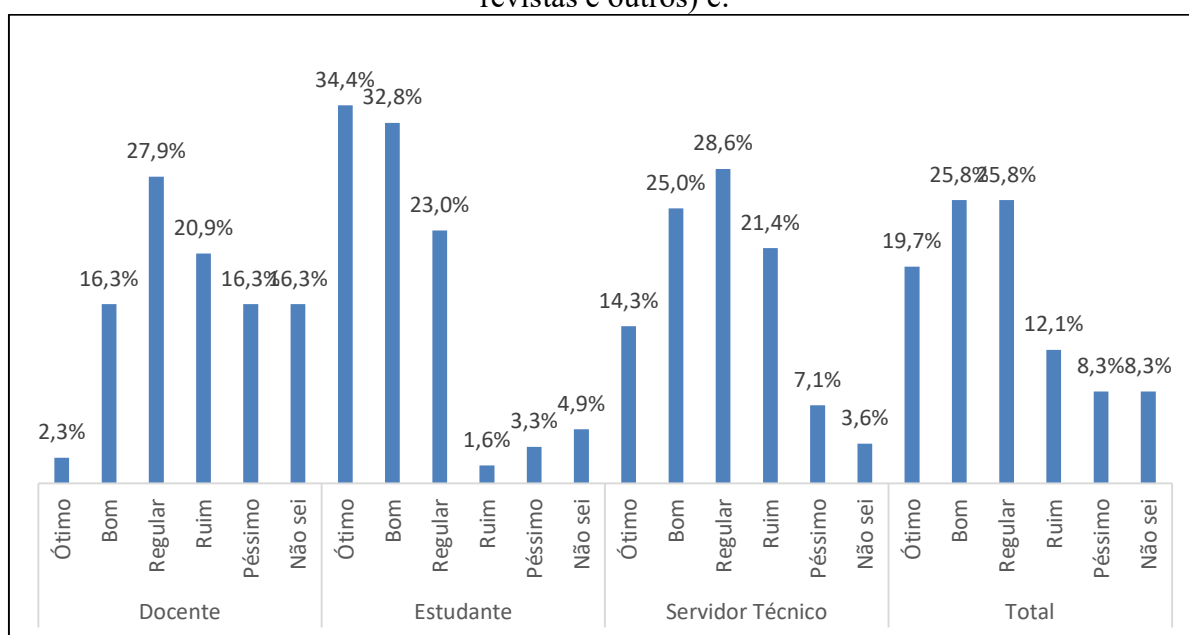
Pergunta 2: A comunicação do IFG por meio do site e das redes sociais é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	8	18,6%
	Bom	23	53,5%
	Regular	8	18,6%
	Ruim	3	7,0%
	Péssimo	1	2,3%
72,1% - Desenvolver			
Estudante	Ótimo	27	44,3%
	Bom	24	39,3%
	Regular	7	11,5%
	Ruim	3	4,9%
83,6% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	10	35,7%

	Bom	13	46,4%
	Regular	5	17,9%
82,1% - Manter			
Total	Ótimo	45	34,1%
	Bom	60	45,5%
	Regular	20	15,2%
	Ruim	6	4,5%
	Péssimo	1	0,8%
79,5% - Manter			

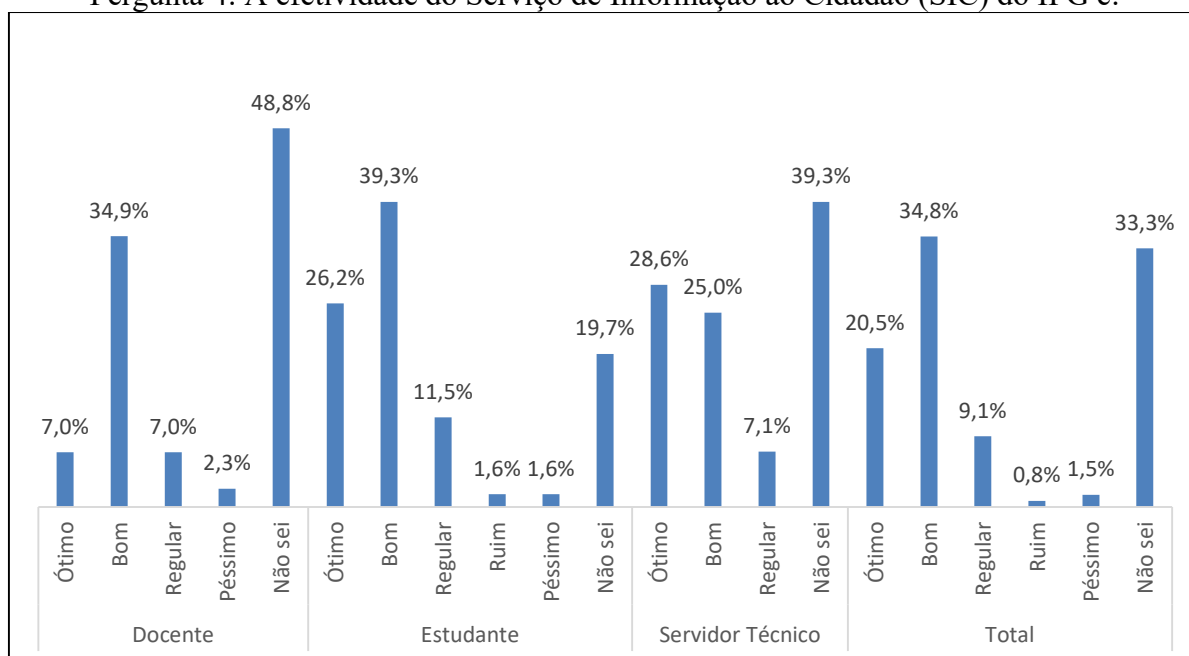
Pergunta 3: A divulgação do IFG veiculada pela mídia externa (TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros) é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	1	2,3%
	Bom	7	16,3%
	Regular	12	27,9%
	Ruim	9	20,9%
	Péssimo	7	16,3%
	Não sei	7	16,3%
18,6% - Sanar			
Estudante	Ótimo	21	34,4%
	Bom	20	32,8%
	Regular	14	23,0%
	Ruim	1	1,6%
	Péssimo	2	3,3%
	Não sei	3	4,9%
67,2% - Desenvolver			
Servidor Técnico	Ótimo	4	14,3%

	Bom	7	25,0%
	Regular	8	28,6%
	Ruim	6	21,4%
	Péssimo	2	7,1%
	Não sei	1	3,6%
39,3% - Melhorar			
Total	Ótimo	26	19,7%
	Bom	34	25,8%
	Regular	34	25,8%
	Ruim	16	12,1%
	Péssimo	11	8,3%
	Não sei	11	8,3%
45,5% - Melhorar			

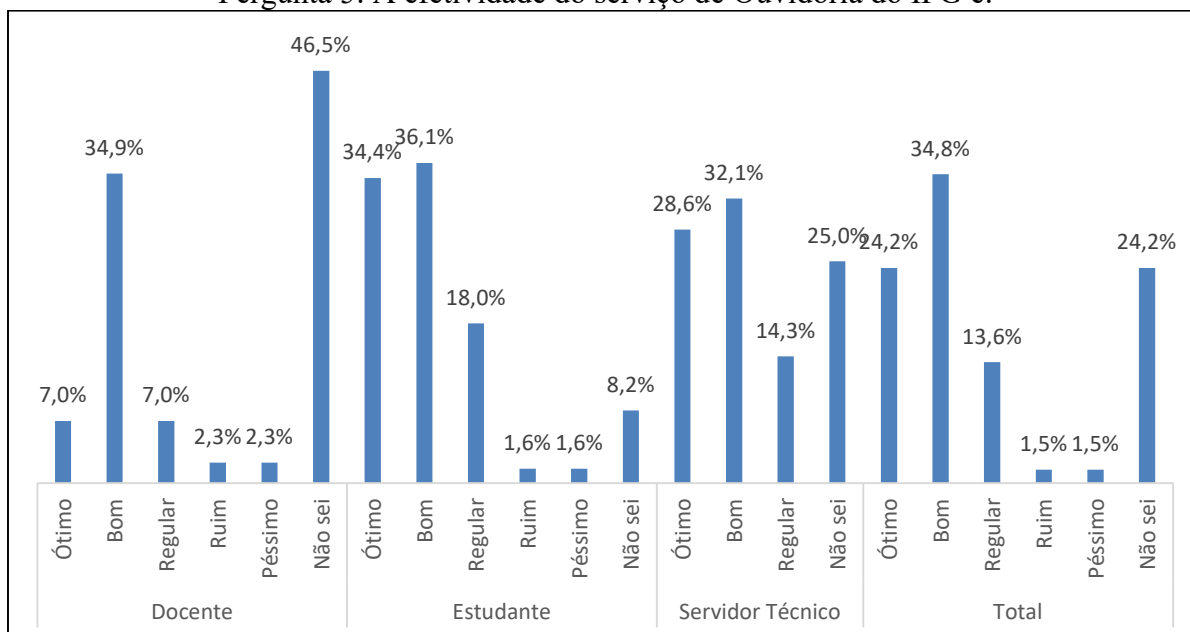
**Pergunta 4: A efetividade do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFG é:**



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	3	7,0%
	Bom	15	34,9%
	Regular	3	7,0%
	Péssimo	1	2,3%
	Não sei	21	48,8%
41,9% - Melhorar			
Estudante	Ótimo	16	26,2%
	Bom	24	39,3%
	Regular	7	11,5%
	Ruim	1	1,6%
	Péssimo	1	1,6%
	Não sei	12	19,7%

65,6% - Desenvolver			
Servidor Técnico	Ótimo	8	28,6%
	Bom	7	25,0%
	Regular	2	7,1%
	Não sei	11	39,3%
53,6% - Desenvolver			
Total	Ótimo	27	20,5%
	Bom	46	34,8%
	Regular	12	9,1%
	Ruim	1	0,8%
	Péssimo	2	1,5%
	Não sei	44	33,3%
55,3% - Desenvolver			

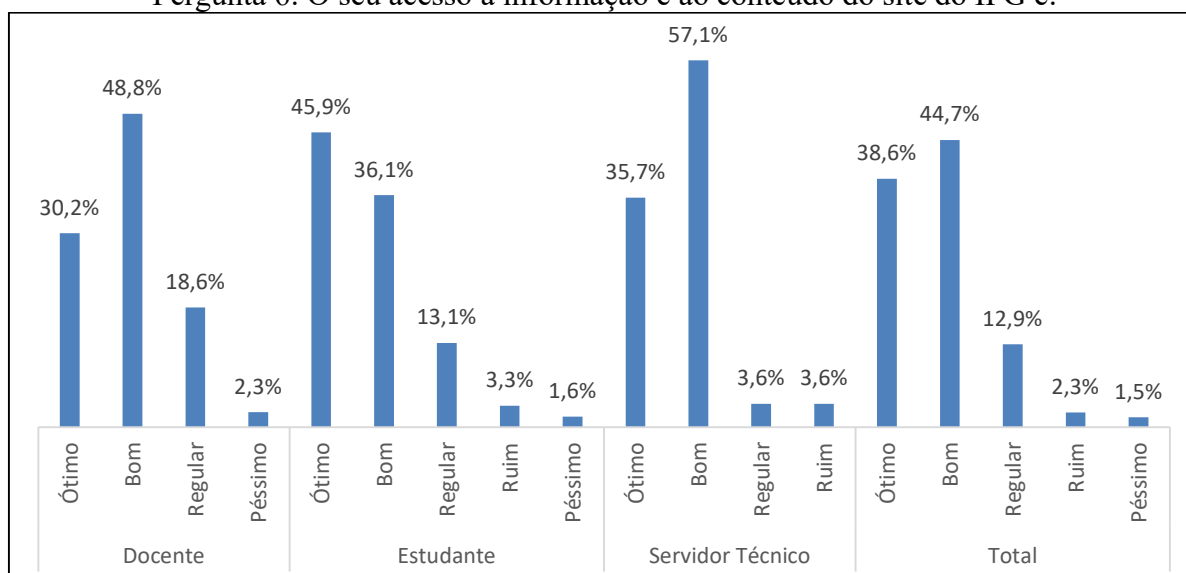
Pergunta 5: A efetividade do serviço de Ouvidoria do IFG é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	3	7,0%
	Bom	15	34,9%
	Regular	3	7,0%
	Ruim	1	2,3%
	Péssimo	1	2,3%
	Não sei	20	46,5%
41,9% - Melhorar			
Estudante	Ótimo	21	34,4%
	Bom	22	36,1%
	Regular	11	18,0%
	Ruim	1	1,6%
	Péssimo	1	1,6%

	Não sei	5	8,2%
70,5% - Desenvolver			
Servidor Técnico	Ótimo	8	28,6%
	Bom	9	32,1%
	Regular	4	14,3%
	Não sei	7	25,0%
60,7% - Desenvolver			
Total	Ótimo	32	24,2%
	Bom	46	34,8%
	Regular	18	13,6%
	Ruim	2	1,5%
	Péssimo	2	1,5%
	Não sei	32	24,2%
59,1% - Desenvolver			

Pergunta 6: O seu acesso à informação e ao conteúdo do site do IFG é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	13	30,2%
	Bom	21	48,8%
	Regular	8	18,6%
	Péssimo	1	2,3%
79,1% - Manter			
Estudante	Ótimo	28	45,9%
	Bom	22	36,1%
	Regular	8	13,1%
	Ruim	2	3,3%
	Péssimo	1	1,6%
82,0% - Manter			



Servidor Técnico	Ótimo	10	35,7%
	Bom	16	57,1%
	Regular	1	3,6%
	Ruim	1	3,6%
92,9% - Manter			
Total	Ótimo	51	38,6%
	Bom	59	44,7%
	Regular	17	12,9%
	Ruim	3	2,3%
	Péssimo	2	1,5%
83,3% - Manter			

A primeira questão buscou investigar como é a comunicação do IFG com a comunidade interna, 78,0% dos respondentes assinalaram que é “boa” ou “ótima”, havendo a indicação de manter. Esta mesma indicação foi dada por docentes e discentes, já para os técnico-administrativos há necessidade de desenvolver.

Em seguida foi perguntado sobre a comunicação do IFG por meio do site e das redes sociais, a indicação é manter, já que 79,5% dos respondentes assinalaram que ela é “boa” ou “ótima”. Estudantes e técnico-administrativos apontaram a manutenção, enquanto os docentes indicaram o desenvolvimento. Esse índice melhorou, pois, no relatório da CPA local do câmpus Inhumas em 2018, 70% dos respondentes disseram que a comunicação do IFG por meio do site e das redes sociais era satisfatória.

Já sobre a divulgação do IFG veiculada pela mídia externa (TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros), a percentagem dos respondentes que marcaram “boa” ou “ótima” foi de 45,5%, ocorrendo a indicação de melhoria. Para os docentes esta questão deve ser sanada, para os estudantes deve ser desenvolvida e para os técnico-administrativos deve ser melhorada.

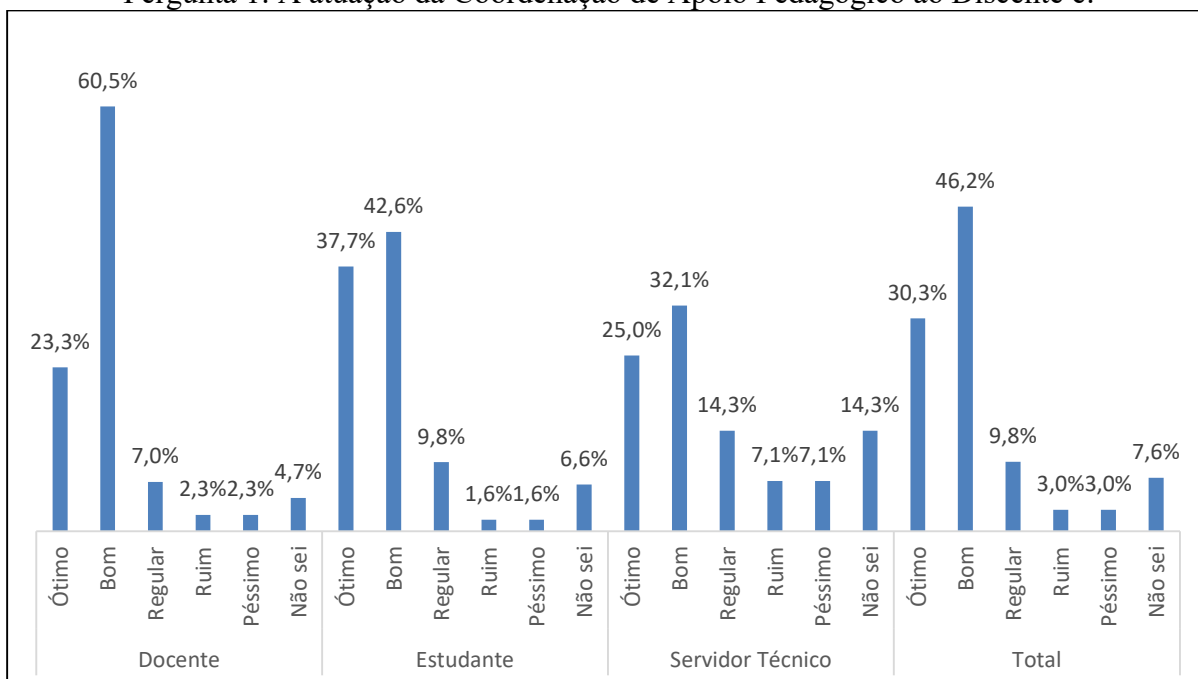
Em relação a efetividade do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFG, 55,3% dos respondentes marcaram que é “boa” ou “ótima”, havendo a indicação de desenvolver. Para os docentes este quesito precisa melhorado e para os estudantes e técnico-administrativos precisa ser desenvolvido. Chama atenção o alto percentual de respondentes que disseram não saber: docentes (48,8%), estudantes (19,7%) e técnico-administrativos (33,3%).

Na mesma direção foi questionado sobre a efetividade do serviço de Ouvidoria do IFG, a indicação dos respondentes é que haja o desenvolvimento, pois 59,1% respondeu que ela é “boa” ou “ótima”. Para estudantes e técnico-administrativos ela deve ser desenvolvida, já para os docentes ela deve ser melhorada. Novamente chama atenção o quantitativo de resposta com “não sei”, sobretudo entres os docentes (46,5%). No relatório da CPA local do câmpus Inhumas em 2018 foi questionado se os respondentes conheciam a função da Ouvidoria do IFG e 60% disse que sim, nesse sentido, não conhecer esse serviço faz com também haja desconhecimento sobre a efetividade do mesmo, elemento investigado em 2020.

A última questão sobre esta dimensão é relativa ao acesso dos sujeitos à informação e ao conteúdo do site do IFG, 83,3% de quem respondeu assinalou que é “boa” ou “ótima”, tendo indicativo de manter – esta mesma indicação é feita por todos os seguimentos.

### 5.3.3. Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes

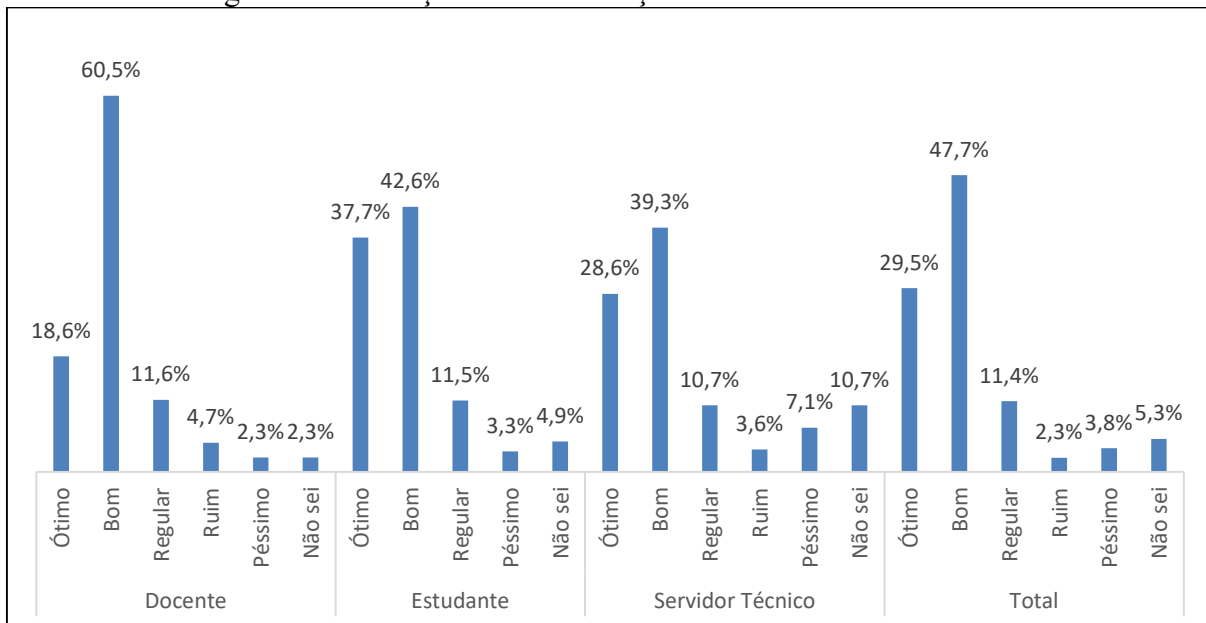
Pergunta 1: A atuação da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	10	23,3%
	Bom	26	60,5%
	Regular	3	7,0%
	Ruim	1	2,3%
	Péssimo	1	2,3%
	Não sei	2	4,7%
87,3% - Manter			
Estudante	Ótimo	23	37,7%
	Bom	26	42,6%
	Regular	6	9,8%
	Ruim	1	1,6%
	Péssimo	1	1,6%
	Não sei	4	6,6%
80,3% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	7	25,0%
	Bom	9	32,1%
	Regular	4	14,3%
	Ruim	2	7,1%
	Péssimo	2	7,1%
	Não sei	4	14,3%
57,1% - Desenvolver			
Total	Ótimo	40	30,3%
	Bom	61	46,2%

Regular	13	9,8%
Ruim	4	3,0%
Péssimo	4	3,0%
Não sei	10	7,6%
76,5% - Manter		

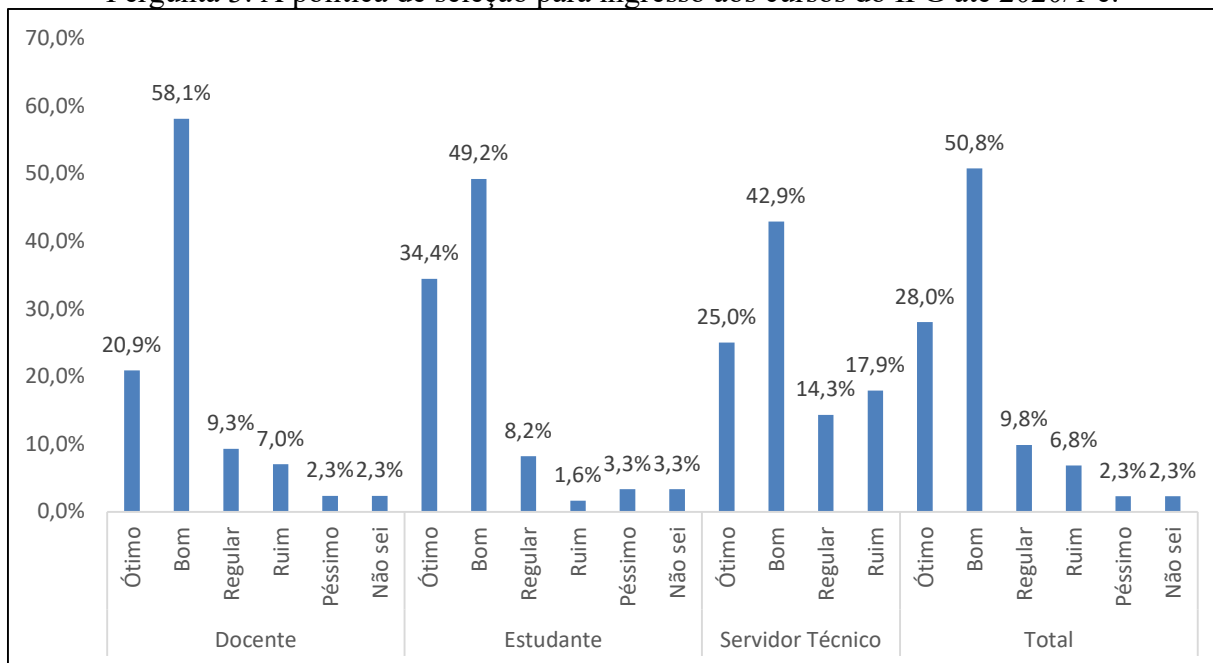
**Pergunta 2: A atuação de Coordenação de Assistência Estudantil é:**



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	8	18,6%
	Bom	26	60,5%
	Regular	5	11,6%
	Ruim	2	4,7%
	Péssimo	1	2,3%
	Não sei	1	2,3%
79,1% - Manter			
Estudante	Ótimo	23	37,7%
	Bom	26	42,6%
	Regular	7	11,5%
	Péssimo	2	3,3%
	Não sei	3	4,9%
80,3% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	8	28,6%
	Bom	11	39,3%
	Regular	3	10,7%
	Ruim	1	3,6%
	Péssimo	2	7,1%
	Não sei	3	10,7%
67,9% - Desenvolver			

Total	Ótimo	39	29,5%
	Bom	63	47,7%
	Regular	15	11,4%
	Ruim	3	2,3%
	Péssimo	5	3,8%
	Não sei	7	5,3%
77,3% - Manter			

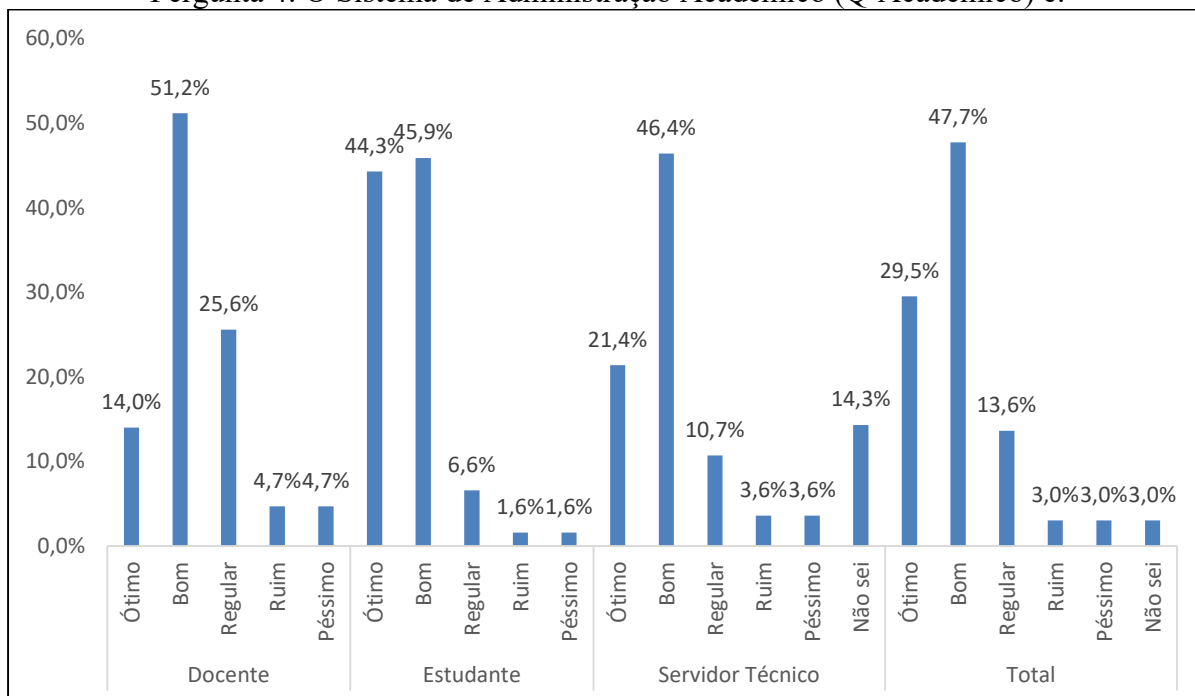
**Pergunta 3: A política de seleção para ingresso aos cursos do IFG até 2020/1 é:**



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	9	20,9%
	Bom	25	58,1%
	Regular	4	9,3%
	Ruim	3	7,0%
	Péssimo	1	2,3%
	Não sei	1	2,3%
79,0% - Manter			
Estudante	Ótimo	21	34,4%
	Bom	30	49,2%
	Regular	5	8,2%
	Ruim	1	1,6%
	Péssimo	2	3,3%
	Não sei	2	3,3%
83,6% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	7	25,0%

	Bom	12	42,9%
	Regular	4	14,3%
	Ruim	5	17,9%
67,9% - Desenvolver			
Total	Ótimo	37	28,0%
	Bom	67	50,8%
	Regular	13	9,8%
	Ruim	9	6,8%
	Péssimo	3	2,3%
	Não sei	3	2,3%
78,8% - Manter			

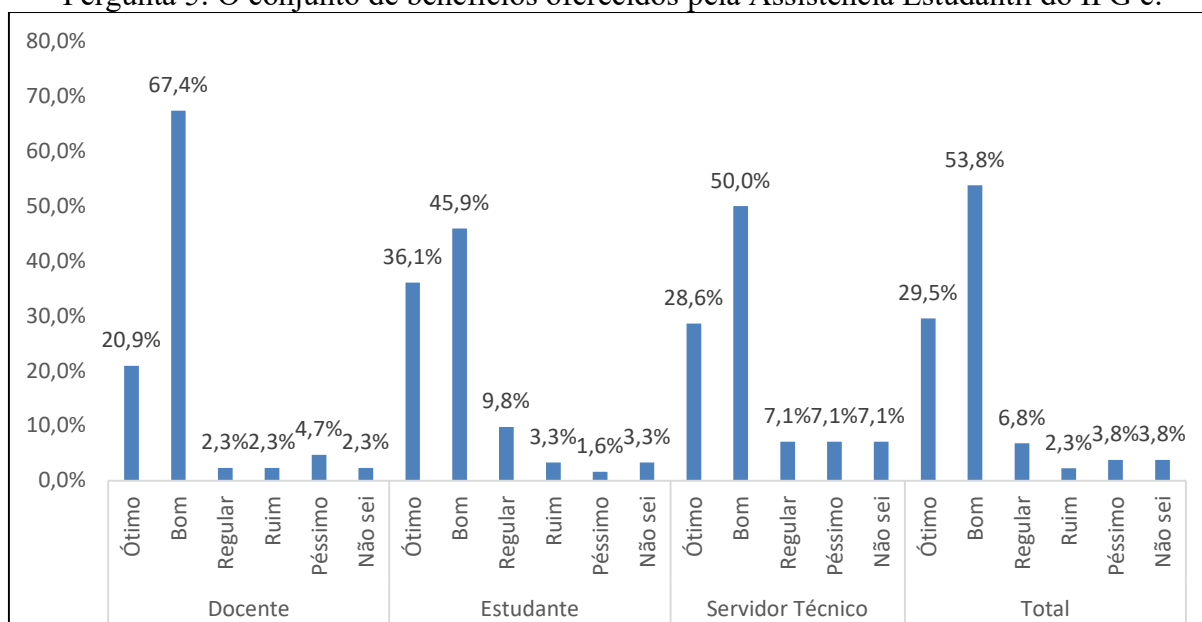
**Pergunta 4: O Sistema de Administração Acadêmico (Q-Acadêmico) é:**



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	6	14,0%
	Bom	22	51,2%
	Regular	11	25,6%
	Ruim	2	4,7%
	Péssimo	2	4,7%
65,1% - Desenvolver			
Estudante	Ótimo	27	44,3%
	Bom	28	45,9%
	Regular	4	6,6%
	Ruim	1	1,6%
	Péssimo	1	1,6%
90,2% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	6	21,4%

	Bom	13	46,4%
	Regular	3	10,7%
	Ruim	1	3,6%
	Péssimo	1	3,6%
	Não sei	4	14,3%
<b>67,9% - Desenvolver</b>			
Total	Ótimo	39	29,5%
	Bom	63	47,7%
	Regular	18	13,6%
	Ruim	4	3,0%
	Péssimo	4	3,0%
	Não sei	4	3,0%
<b>77,3% - Manter</b>			

Pergunta 5: O conjunto de benefícios oferecidos pela Assistência Estudantil do IFG é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM	
Docente	Ótimo	9	20,9%	
	Bom	29	67,4%	
	Regular	1	2,3%	
	Ruim	1	2,3%	
	Péssimo	2	4,7%	
	Não sei	1	2,3%	
<b>88,4% - Manter</b>				
Estudante	Ótimo	22	36,1%	
	Bom	28	45,9%	
	Regular	6	9,8%	
	Ruim	2	3,3%	
	Péssimo	1	1,6%	
	Não sei	2	3,3%	

82,0% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	8	28,6%
	Bom	14	50,0%
	Regular	2	7,1%
	Péssimo	2	7,1%
	Não sei	2	7,1%
78,6% - Manter			
Total	Ótimo	39	29,5%
	Bom	71	53,8%
	Regular	9	6,8%
	Ruim	3	2,3%
	Péssimo	5	3,8%
	Não sei	5	3,8%
83,0% - Manter			

Inicialmente foi questionado sobre a atuação da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, a indicação foi de manter, pois 76,5% dos respondentes assinalaram “boa” ou “ótima”. Para docentes e estudantes a indicação foi de manter, já para os técnico-administrativos foi de desenvolver.

Em seguida foi questionado sobre a atuação de Coordenação de Assistência Estudantil, 77,3% dos respondentes apontaram que é “boa” ou “ótima” havendo a indicação de manutenção. Esta indicação foi dada por docentes e discentes, pois para os técnico-administrativos deve haver seu desenvolvimento.

A próxima questão, sobre a política de seleção para ingresso aos cursos do IFG, diferentemente dos anos anteriores, foi restringida para levar em consideração apenas até a seleção para 2020, uma vez que para o ano de 2021 a instituição diferenciou a seleção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, optando pelo sorteio em detrimento da prova, por conta das medidas de distanciamento social devido à pandemia do Covid-19. Mesmo que para os estudantes do ensino superior os critérios de seleção tenham se mantido, a pergunta foi construída de forma a evitar equívocos. Os respondentes apontaram para a necessidade de manter, pois 78,8% marcou que ela é “boa” ou “ótima”. Para docentes e discentes esta política deve ser mantida, já para os técnico-administrativos ela deve ser desenvolvida.

Em relação ao Sistema de Administração Acadêmico (Q-Acadêmico) a indicação é que seja mantido, vez que 77,3% dos respondentes assinalou que ele é “bom” ou “ótimo”. Para os estudantes deve ser mantido e para docentes e técnico-administrativos ele deve ser desenvolvido.

O último questionamento desta dimensão foi sobre o conjunto de benefícios oferecidos pela Assistência Estudantil do IFG, de acordo com 83,0% dos respondentes ele é “bom” ou “ótimo”, devendo ser mantido, elemento que é ratificado pelos 3 seguimentos.

#### **5.3.4. Sugestões da CPA para o EIXO III: Políticas Acadêmicas**

Sugestões relativas a dimensão 2:

- Desenvolver mecanismos para que, principalmente, os técnico-administrativos possam fazer sugestões, críticas e contribuições para se pensar o que pode ser feito para melhorar a permanência e êxito dos estudantes, bem como para aprimorar o atendimento às demandas socioeconômicas da região do câmpus. Que essas sugestões sejam repassadas às devidas comissões para avaliar a possibilidade efetiva de implementação, dando um retorno à comunidade do que for sendo concluído.
- Promover mecanismos que deem as condições concretas para que os técnico-administrativos possam se envolver com ações de pesquisa e extensão, inclusive ampliação da divulgação destas possibilidades de atividades para eles.
- Fomentar a participação da comunidade em grupos de pesquisa/estudo, bem como a participação em eventos de pesquisa e extensão institucionais e eventos externos.
- Que o CONEPEX crie um comitê de trabalho junto à Comunicação Social da Reitoria para pensar iniciativas que possam colaborar na divulgação do trabalho desta comissão por meio das redes sociais oficiais do IFG.
- Que seja incluído no calendário dos câmpus um momento de apresentação e resumo das ações e trabalhos do CONEPEX no último ano, podendo ser na Semana Pedagógica, nas reuniões administrativas de planejamento, nas semanas de calourada e recepção dos alunos, ou mesmo durante os Seminários de Pesquisa.

Sugestões relativas a dimensão 4:

- Fortalecimento da divulgação das notícias importantes do IFG em veículos de massa como televisão, rádio, jornais e páginas de redes sociais para além das institucionais, no município de Inhumas e adjacências.
- Ampliação das ações de divulgação nos boletins de e-mail, no site e nas redes sociais sobre a funcionalidade do SIC e da Ouvidoria do IFG.
- Divulgar junto a comunidade interna as especificidades dos Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e da Ouvidoria.

E por fim, na Dimensão 9, a respeito das políticas de atendimento aos estudantes, ressaltamos que as indicações foram todas positivas.

#### **5.4. EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO**

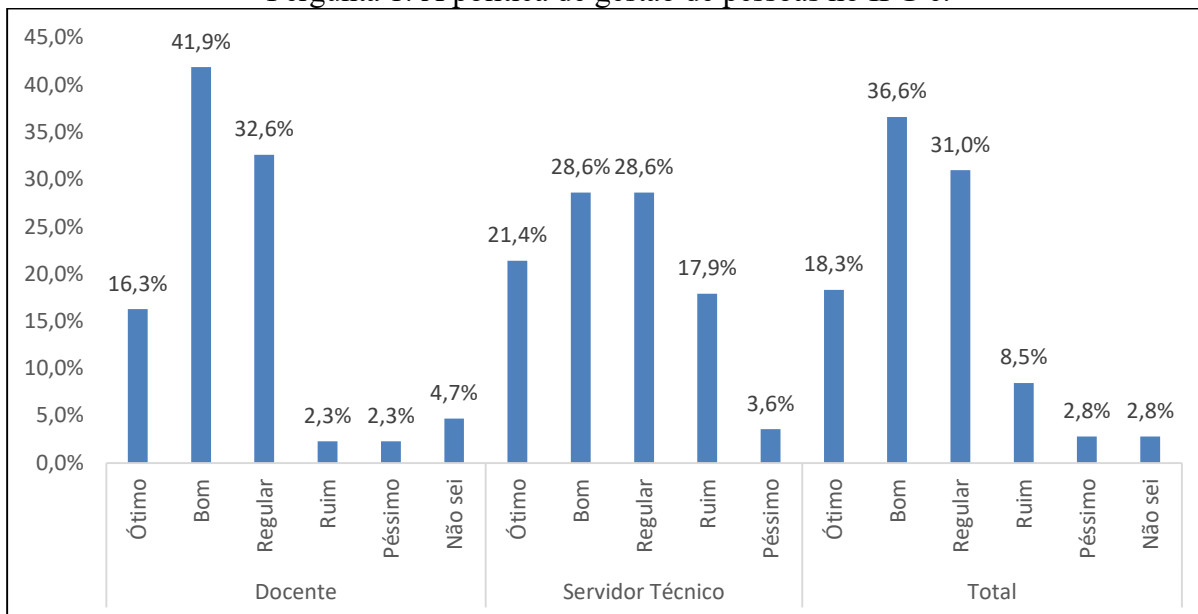
O Eixo Políticas de Gestão é subdividido em duas dimensões: Políticas de Pessoal e Organização e Gestão da Instituição. Conforme a Lei do SINAES, a dimensão de Políticas de Pessoal engloba: "as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho" (Art. 3º, V). Sobre a Organização e Gestão da Instituição está colocado: "especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios" (Art. 3º, VI).



Diante disso e da necessidade de concisão na elaboração do questionário, a pesquisa de autoavaliação buscou avaliar a Política de Pessoal a partir da avaliação das Comissões de Supervisão de Carreira, da percepção das Políticas de Capacitação encampadas pela Instituição e da possibilidade de participação dos diversos segmentos nos Colegiados consultivo do IFG.

#### 5.4.1. Dimensão 5: Políticas de Pessoal

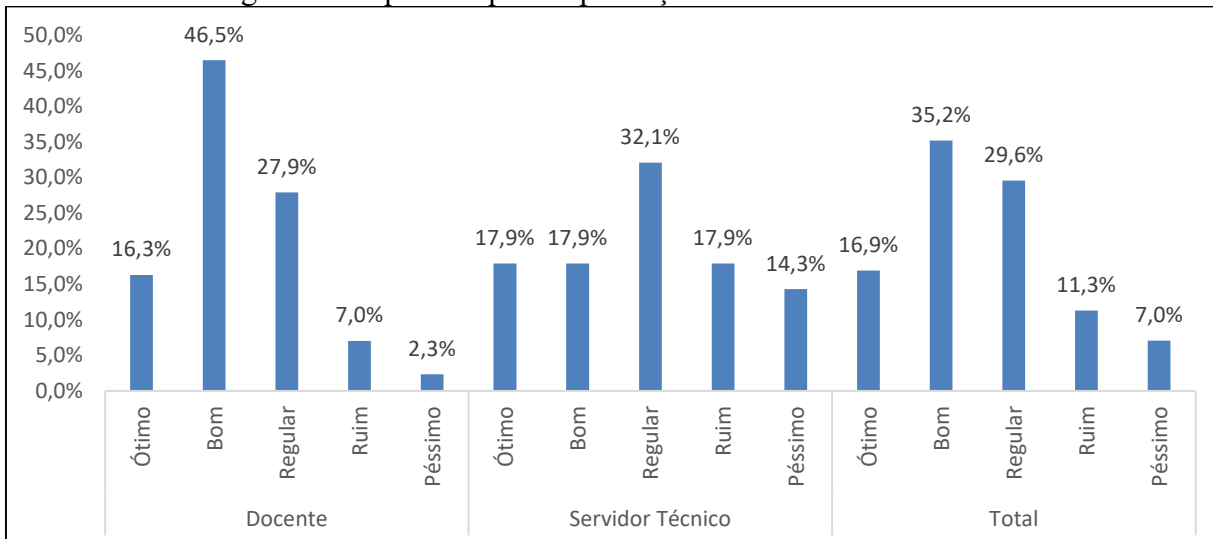
Pergunta 1: A política de gestão de pessoas no IFG é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	7	16,3%
	Bom	18	41,9%
	Regular	14	32,6%
	Ruim	1	2,3%
	Péssimo	1	2,3%
	Não sei	2	4,7%
58,2% - Desenvolver			
Servidor Técnico	Ótimo	6	21,4%
	Bom	8	28,6%
	Regular	8	28,6%
	Ruim	5	17,9%
	Péssimo	1	3,6%
50,0% - Melhorar			
Total	Ótimo	13	18,3%
	Bom	26	36,6%
	Regular	22	31,0%
	Ruim	6	8,5%
	Péssimo	2	2,8%

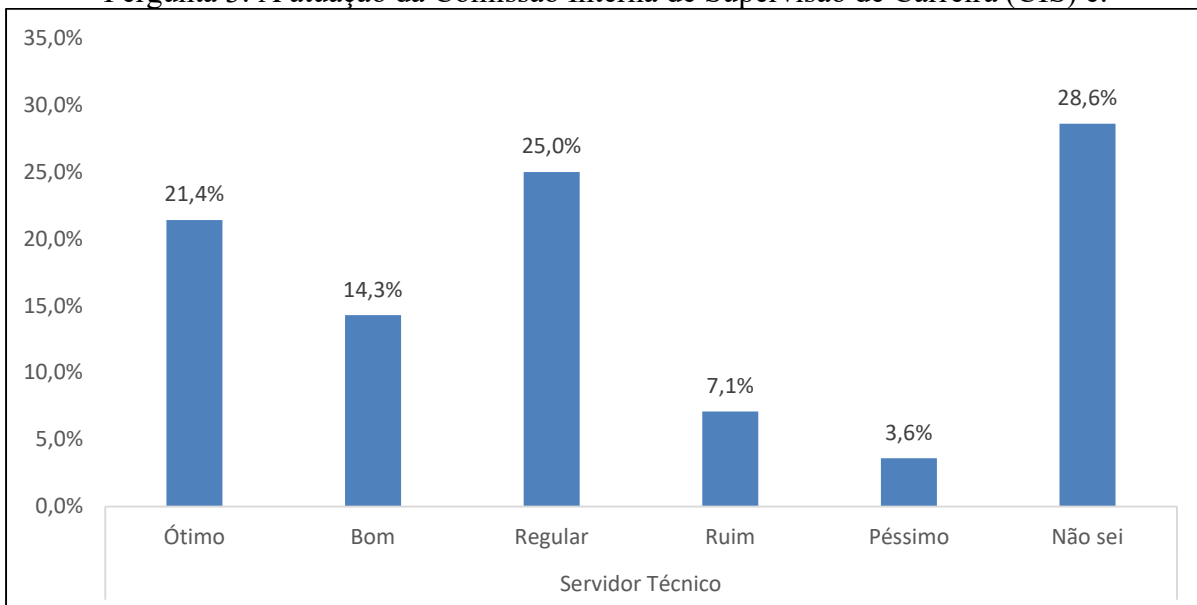
	Não sei	2	2,8%
54,9% - Desenvolver			

**Pergunta 2: A política para capacitação dos servidores no IFG é:**



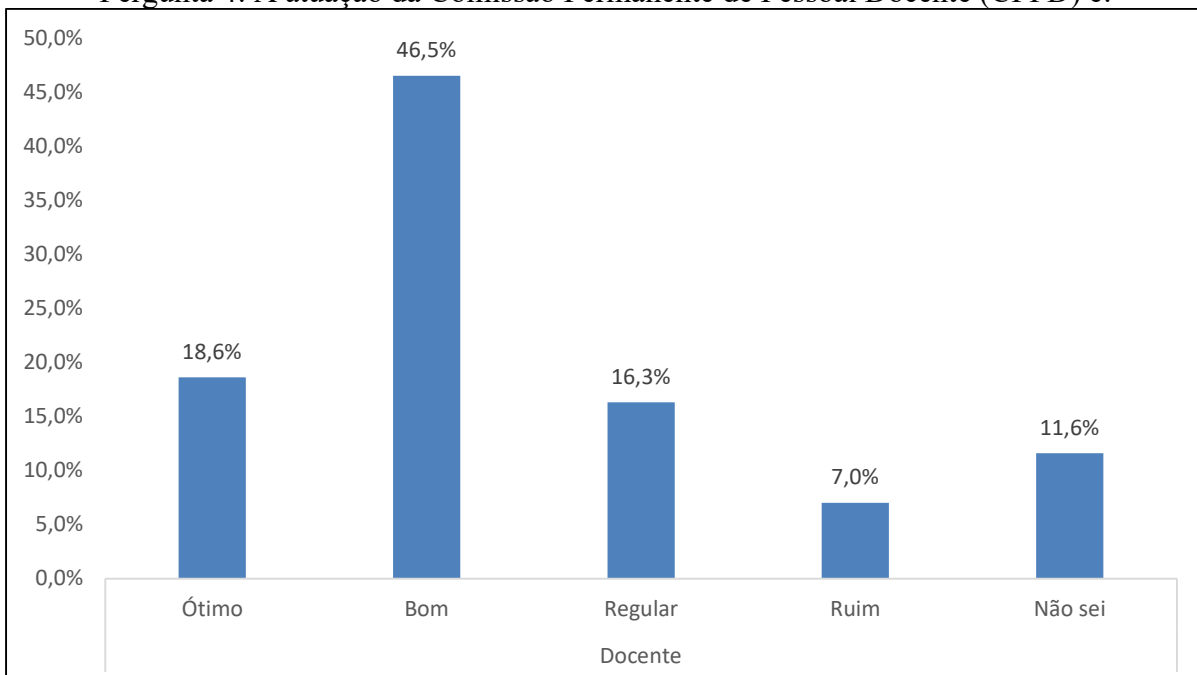
SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	7	16,3%
	Bom	20	46,5%
	Regular	12	27,9%
	Ruim	3	7,0%
	Péssimo	1	2,3%
62,8% - Desenvolver			
Servidor Técnico	Ótimo	5	17,9%
	Bom	5	17,9%
	Regular	9	32,1%
	Ruim	5	17,9%
	Péssimo	4	14,3%
35,7% - Melhorar			
Total	Ótimo	12	16,9%
	Bom	25	35,2%
	Regular	21	29,6%
	Ruim	8	11,3%
	Péssimo	5	7,0%
52,1% - Desenvolver			

**Pergunta 3: A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) é:**



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Servidor Técnico	Ótimo	6	21,4%
	Bom	4	14,3%
	Regular	7	25,0%
	Ruim	2	7,1%
	Péssimo	1	3,6%
	Não sei	8	28,6%
35,7% - Melhorar			

**Pergunta 4: A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é:**



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
	Ótimo		18,6%
	Bom		46,5%
	Regular		16,3%
	Ruim		7,0%
	Não sei		11,6%

Docente	Ótimo	8	18,6%
	Bom	20	46,5%
	Regular	7	16,3%
	Ruim	3	7,0%
	Não sei	5	11,6%
65,1% - Desenvolver			

O PDI/IFG traz 13 ações a serem implementadas durante sua vigência no que concerne à política de gestão de pessoas (p. 56 e 57). Ao ser questionado aos servidores sobre a política de gestão de pessoas do IFG, 54,9% dos respondentes assinalou que é “boa” ou “ótima”, indicando a necessidade de ser desenvolvida. Os docentes concordam com esta indicação, já o técnico-atrativos entendem que ela precisa ser melhorada. Os percentuais são bem similares ao que foi encontrado no relatório de autoavaliação de 2019.

Sobre a política de capacitação dos servidores, o PDI prevê a garantia de ações permanentes para a qualificação e formação de servidores, estabelecendo a meta de 40% dos servidores qualificados ou especializados em diferentes áreas da educação (p.57). Sobre a referida política, 52,1% dos respondentes marcaram que ela é “boa” ou “ótima”, sendo indicado seu desenvolvimento. Para os docentes esta política tem que ser desenvolvida e para os técnico-administrativos ela deve ser melhorada, já no relatório de autoavaliação de 2019 estes últimos indicavam a necessidade dessa melhoria.

No que se refere às carreiras, a CPA buscou avaliar a percepção das categorias em relação à atuação das comissões permanentes voltadas para suas respectivas carreiras. A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) foi avaliada como “boa” ou “ótima” por 65,1% dos docentes, sendo indicada a necessidade de desenvolvido. Já sobre a atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) foi avaliada como “boa” ou “ótima” por apenas 35,7% dos técnico-administrativos, ocorrendo a indicação de melhoria, chama atenção que 28,6% deste seguimento disse não saber sobre a atuação da comissão. As atuações de ambas as comissões tiveram no relatório de autoavaliação de 2019 a mesma indicação que o encontrado em 2020.

#### **5.4.2. Dimensão VI - Organização e Gestão da Instituição**

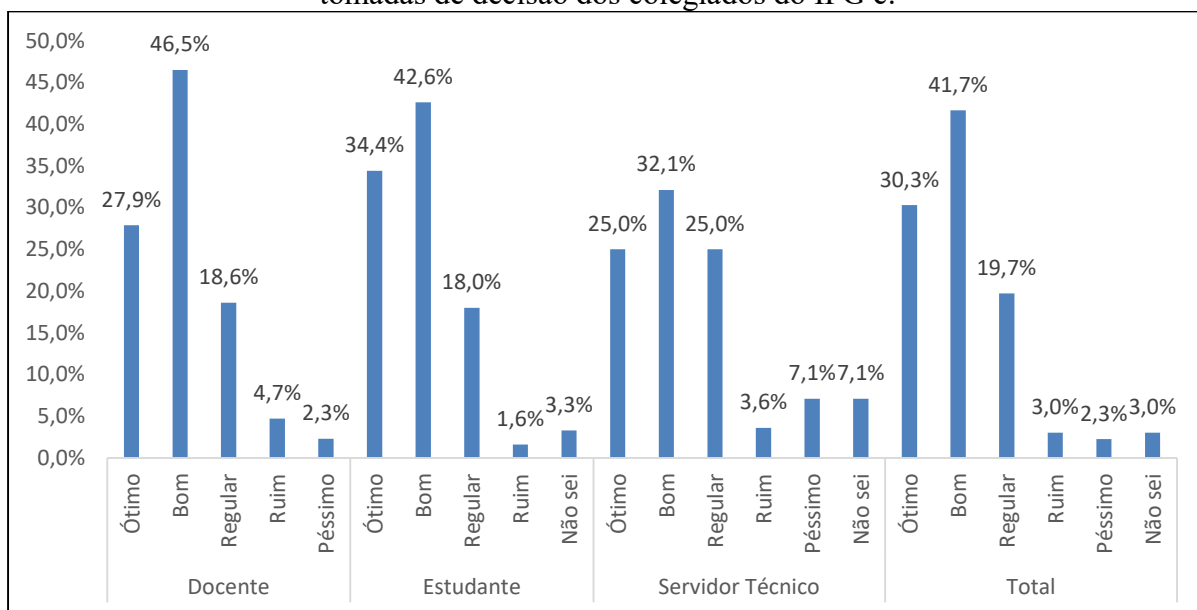
Na dimensão Organização e Gestão da Instituição, a CPA buscou avaliar a garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG. Conforme o PDI, a Instituição possui os seguintes colegiados e comissões responsáveis pela condução e avaliação dos assuntos acadêmicos que contam com a representação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica: Conselho Superior - CONSUP, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPEX, o Conselho de Câmpus - CONCAMPUS, Conselho Departamental e Núcleo Docente Estruturante - NDE; as Comissões Permanentes: Comissão Permanente de Avaliação - CPA; Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – CPPIR.

Dentre os objetivos elencados no PDI está: "11. promover diálogos com a comunidade externa, garantindo a gestão democrática, a participação e a representação da comunidade interna." (p. 15). De forma específica, na seção sobre políticas de gestão, estabelece a busca pelo "diálogo permanente com vários segmentos da comunidade interna e sociedade" (p. 145), posicionando-se conforme princípios de autonomia e gestão democrática e compromete-se com

a

melhoria da comunicação interna e externa, agilidade, confiabilidade nas decisões e transparência nas ações administrativas, construindo um modelo de gestão democrática, no qual a comunidade é participe, opinando e compartilhando das políticas públicas, observando sempre que a condição humana seja o objeto central das ações da instituição (IFG, PDI 2019-2023; p. 146).

Pergunta 1: Em relação à garantia da representação democrática, a sua percepção sobre as tomadas de decisão dos colegiados do IFG é:



SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	12	27,9%
	Bom	20	46,5%
	Regular	8	18,6%
	Ruim	2	4,7%
	Péssimo	1	2,3%
74,4% - Desenvolver			
Estudante	Ótimo	21	34,4%
	Bom	26	42,6%
	Regular	11	18,0%
	Ruim	1	1,6%
	Não sei	2	3,3%
77,0% - Manter			
Servidor Técnico	Ótimo	7	25,0%
	Bom	9	32,1%
	Regular	7	25,0%
	Ruim	1	3,6%
	Péssimo	2	7,1%

	Não sei	2	7,1%
57,1% - Desenvolver			
Total	Ótimo	40	30,3%
	Bom	55	41,7%
	Regular	26	19,7%
	Ruim	4	3,0%
	Péssimo	3	2,3%
	Não sei	4	3,0%
72,0% - Desenvolver			

Foi questionado para os sujeitos sobre a percepção em relação à garantia da representação democrática e sobre as tomadas de decisão dos colegiados do IFG, tendo sido assinalado que é “boa” ou “ótima” por 72,0% dos respondentes, havendo a indicação de desenvolvimento. Para docentes e técnico-administrativos há esta mesma indicação, já para os estudantes deve-se manter. Em relação ao relatório de autoavaliação de 2019 do câmpus houve melhoria nos percentuais de docentes e técnico-administrativos e decréscimo no dos estudantes.

#### **5.4.3. Sugestões da CPA para o Eixo IV: Políticas de Gestão**

Sugestões:

- A criação e ampliação da divulgação de um calendário semestral de formação continuada dos servidores em todos os Câmpus.
- Realizar levantamentos periódicos a respeito da necessidade de ações de capacitação, não só a partir da pesquisa de opinião entre os servidores, mas a partir do levantamento das melhores práticas dentro do serviço público.
- A criação de espaços onde os servidores possam divulgar suas pesquisas e iniciativas de capacitação, de forma a propiciar a troca de experiência e o estímulo para que mais servidores busquem se capacitar.
- Ampliação da divulgação das competências e responsabilidades da CIS aos servidores.
- Sensibilização da comunidade para participar das instâncias colegiadas e ampliação da divulgação das reuniões colegiadas, bem como da concretização das decisões tomadas.

#### **5.5. EIXO 5: INFRAESTRUTURA**

No processo de autoavaliação de 2020 este eixo não foi considerado a partir do questionário, uma vez que, por conta do contexto de pandemia, a vivência dos servidores e estudantes com a instituição não se deu em espaço físico, e sim virtual. Nesse sentido optou-se por rerepresentar os dados do questionário de 2019, onde a infraestrutura do IFG esteve efetivamente em uso, uma vez que, conforme a Lei 10.861/2004, a avaliação sobre a infraestrutura deve abordar especialmente a infraestrutura de ensino e de pesquisa, biblioteca,

recursos de informação e comunicação.

O PDI aborda como ação a ser priorizada durante sua vigência a ação 9, que consiste na elaboração de uma política sobre uso e a gestão dos equipamentos/espços acadêmicos. Além disso, anuncia que as estruturas físicas e instalações acadêmicas são objeto de avaliação e redimensionamento conforme a necessidade do Câmpus diagnosticada, dentre outros dispositivos, pela autoavaliação institucional.

A infraestrutura da Biblioteca recebeu uma avaliação positiva de 85,5% nos três segmentos. Destaca-se a avaliação positiva no segmento Discente de 91,9%; já no segmento Técnicos Administrativos, a questão foi respondida apenas pelos servidores lotados no setor, e não se observa nenhuma avaliação “Ótimo” e “Bom”. Também é bastante positiva a avaliação que os estudantes fazem do acervo bibliográfico e a forma como ele atende às necessidades do seu curso: 89,9% de respostas positivas e a indicação de “Manter”. Já entre os Docentes, o acervo bibliográfico foi avaliado como “Bom” e “Ótimo” por apenas 55,4% dos respondentes e recebeu a indicação “Desenvolver”.

As condições das salas de aula foram avaliadas por estudantes e professores de forma bastante parecida, com os percentuais de respostas positivas de 67,6% e 58,1% respectivamente; quando observados os segmentos em conjunto a avaliação positiva foi de 65,9% e, nos três casos, a indicação de é “Desenvolver”.

A questão seguinte perguntou sobre a forma como os laboratórios, considerando infraestrutura e insumos atendem às demandas de ensino, pesquisa e extensão em cada área de atuação ou curso. No conjunto, a avaliação positiva foi de 58,8% com a avaliação “Desenvolver”. O segmento Docente deu a menor avaliação positiva para este aspecto: 39,2% e a indicação “Melhorar”. Entre estudantes e Técnicos Administrativos, a avaliação positiva foi de 68,5% e 66,7% respectivamente com a indicação de “Desenvolver”.

A acessibilidade das instalações do câmpus para pessoas com mobilidade reduzida recebeu, no geral, a avaliação positiva de 76,2% dos respondentes. Quando olhados separadamente, a melhor avaliação foi no segmento Discente (87,9% - Manter) seguida pelos Docentes (62,2% - Desenvolver) e, em último lugar, os Técnicos Administrativos (51,7% - Desenvolver).

As áreas de convivência para os estudantes foram avaliadas positivamente por 86,4% do segmento e receberam a indicação “Manter”. Entre os servidores, as repostas “Ótimo” e “Bom” foram de 68,9% entre os Discentes e de 96,6% entre os Técnicos Administrativos. Nos dois segmentos a indicação foi “Manter”, com avaliação positiva de 76,7%.

Nas respostas subjetivas, a infraestrutura foi um dos aspectos mais citados nos três segmentos conforme a transcrição a seguir:

Quadro 13 - Críticas e Sugestões no Eixo Infraestrutura

DOCENTES	“O IFG poderia, por favor, organizar e priorizar, assim que possível, salas para os professores, para que cada professor tenha sua mesa e armário. Pode ser separado por área. Nesse aspecto o IFG deixa a desejar e muito.” “Quanto a acessibilidade, apesar de existirem rampas de acesso, as mesmas são muito íngremes, o que impede o acesso sem apoio aos cadeirantes. Os acessos às salas e laboratórios tem degraus (apesar de baixos) que dificultam o acesso, os banheiros com sanitários acessíveis estão com vazamentos sobre os
----------	--

	<p>sanitários. Quanto aos laboratórios didáticos, os aparelhos de ar-condicionado estão com defeito em 3/4 dos laboratórios, a rede elétrica é insuficiente em número de tomadas e em capacidade (é comum apagões nos laboratórios).”</p>
DISCENTES	<p>“A minha sugestão seria ter uma cantina, isso e muito necessário.”</p> <p>“Coisas do dia a dia que precisam ter atenção, como os banheiros (arrumar as descargas, vazamento nos sanitários que faz infiltração no chão, assim como astorneiras e portas dos box); Cortinas nos laboratórios para usar o projetor e melhora dos equipamentos, assim como arrumar os aparelhos de ar-condicionado; Arrumar as tomadas tanto dos laboratórios quanto das salas e emtorno do instituto.”</p> <p>“Sem insumos para análises de laboratórios, deixa as aulas mais vagas e sem expectativa.”</p> <p>“Vários dos laboratórios de informática se encontram com máquinas totalmente defasadas, impossibilitando a realização de qualquer projeto que utilize alguma tecnologia atual. Dentre vários outros problemas, este é de longe o mais crítico para um curso voltado para área de tecnologia.”</p> <p>“Em questão das salas, acho que poderia ter conserto dos ventiladores que não funcionam.”</p> <p>“A segurança entrada dos alunos tinha que ser melhorada.”</p> <p>“Quando chove alaga tudo, aula em laboratórios nunca tem nada, os alunos quietem que pagar para ter aula de laboratório, iluminação das salas não e com luz branca clara, turma da noite dá sonolência, época do calor ventilador não refresca nada, banheiros vivem alagados [...]”</p> <p>“Em relação à estrutura das salas de aula falta ar-condicionado, pois os alunos têm dificuldades de prestar atenção nas aulas devido não suportar o calor. Isso tem atingido não somente os alunos, mas também professores, dificultando seu ambiente de trabalho.”</p> <p>“Falta ar-condicionado nas salas de aula; alunos e professores não suportam o calor.”</p> <p>“Para o meu curso, Bacharelado em Sistemas de Informação, as condições das salas são ruins, por conter cadeiras, computadores e periféricos quebrados.”</p> <p>“Precisamos da sala de teatro”</p> <p>“Acho que as salas poderiam ser, melhores.”</p> <p>“Melhorar a segurança.”</p>
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	<p>“Laboratório de biologia é pouco aproveitado, falta de técnico específico da área; laboratório miniusina poderia ser utilizado para cursos de extensão em processamento de bebidas; treinamento e / ou curso para o uso de equipamento defumador no laboratório de carnes.”</p>



	<p>“A estrutura da biblioteca no câmpus não atende a todos os requisitos de acessibilidade. Apesar disso, a comunidade acadêmica não prioriza a biblioteca como um espaço a ser ampliado ou reformado para garantir mais acessibilidade nem tampouco para garantir a expansão do acervo que só cresce a cada dia.”</p>
--	--

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO**

O relatório de autoavaliação da CPA constitui parte relevante do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), por isso ano após ano se percebe o esforço de consolidação desse trabalho. A cada novo relatório a Comissão junto à comunidade e à gestão do IFG vão tomando ciência da dimensão e das possibilidades que o processo de avaliação da instituição pode subsidiar, tanto no sentido de tomadas de decisão no âmbito da gestão administrativa, quanto no campo da gestão acadêmica.

Assim sendo, considerando as informações de cada eixo e dimensão de avaliação do Sinaes aqui analisadas, encerramos este relatório reafirmando os desafios e proposições de melhorias que temos pela frente enquanto instituição:

- Ampliar o conhecimento da comunidade acadêmica não só sobre trabalho da CPA, bem como das possibilidades efetivas de transformação dos seus resultados em medidas efetivas para a melhoria em diversos âmbitos do IFG.
- Fortalecer os trabalhos da CPA central em conjunto com as Comissões Locais de Avaliação nos Câmpus;
- Aprimorar, com o apoio da Comunicação Social, a devolutiva da autoavaliação institucional para a comunidade acadêmica por meio da divulgação de relatórios transformados em cartilhas e infográficos;
- Melhorar a formas e os processos de comunicação institucional (demanda recorrente de uma instituição MultiCâmpus);
- No âmbito estrutural, melhorar os laboratórios (insumos e equipamentos); a climatização das salas de aulas e melhorar a climatização de bibliotecas; as cantinas e restaurante para comunidade acadêmica nos Câmpus; ampliar o acervo das bibliotecas; ampliar os espaços de convivência, de lazer, e arborização (são demandas recorrentes e necessárias para a harmonia das relações humanas e de trabalho nos diversos Câmpus do IFG);
- Fomentar ações continuadas sobre a saúde mental dos estudantes, a saúde do trabalhador, e ações de segurança para toda a comunidade;
- Promover a inserção da comunidade acadêmica em discussões e ações que envolvam a erradicação do bullying, do racismo e do assédio moral, que promovam a inclusão e a permanência dos estudantes, e a diminuição dos índices de retenção e evasão.
- Ampliar a divulgação sobre iniciativas relevantes para o IFG, como o PDI, o CONEPEX, a CIS, o SIC e a Ouvidoria, bem como de ações pontuais que fortaleçam a compreensão da comunidade acadêmica sobre a função e a responsabilidade social do IFG.

Um desafio que permanece ao longo do tempo é mobilizar, de forma efetiva, a participação da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação, haja vista a diminuição dos respondentes em todos os seguimentos em 2020. Torna-se imprescindível, portanto, a continuidade dos trabalhos de conscientização e de compreensão do que é o processo da autoavaliação, da sua importância como instrumento de manifestação democrática, como um importante canal à disposição da comunidade acadêmica, que lhe possibilita influenciar as decisões da gestão. Mas também das suas limitações enquanto canal de manifestação de insatisfações específicas para as quais existem instrumentos e canais próprios como a Avaliação Docente, a Ouvidoria, dentre outros.

Os desafios são muitos, a organização institucional do IFG é complexa e desafiadora, e os melhores parceiros para essa empreitada são a comunidade de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes, e a sociedade, que também ganha ao ter uma instituição científica de ensino fortalecida e capaz de contribuir para melhorar o contexto ao redor.

A CPA desempenha um importante papel ao esclarecer para a comunidade quais são as potencialidades e fragilidades da nossa instituição, e, principalmente, em dar subsídio para que as fragilidades sejam efetivamente sanadas. Por este motivo, a Comissão Própria de Avaliação está constantemente se reavaliando e se moldando para se adequar às melhores formas de prosseguir com o trabalho de encabeçar os processos de autoavaliação da nossa instituição.

O trabalho dessa comissão tem caráter reflexivo, democrático e participativo, e o nosso anseio é o desenvolvimento da cultura de avaliação nos agentes da comunidade acadêmica e o aprimoramento da transparência ativa e da gestão democrática.

Esperamos que este relatório, disponibilizado à comunidade acadêmica, nos traga a reflexão, e as transformações necessárias que nos proporcione o compromisso com a nossa missão institucional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES e dá outras providências. Disponível no endereço [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em 31/08/2021.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível no endereço [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em 31/08/2021.

CONSELHO SUPERIOR DO IFG, **Resolução nº 06, de 31 de março de 2014**. Regulamenta a Comissão Própria de Avaliação – CPA. Disponível no endereço <http://ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao062014.pdf>. Acesso em 31/08/2021.

\_\_\_\_\_, **Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019**. Aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Disponível no endereço <http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2038%202019.pdf>. Acesso em 31/08/2021.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS, **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023**. 27 de dezembro de 2018. Disponível no endereço [http://ifg.edu.br/attachments/article/11546/PDI\\_IFG\\_2019\\_2023.pdf](http://ifg.edu.br/attachments/article/11546/PDI_IFG_2019_2023.pdf). Acesso em 31/08/2021.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CÂMPUS INHUMAS, **Relatório de Autoavaliação – Ano de referência 2018**. 2019. Disponível no endereço [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1333/Relat%C3%B3rio%20Inhumas%20-%20Final\\_mai2019.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1333/Relat%C3%B3rio%20Inhumas%20-%20Final_mai2019.pdf). Acesso em: 31/08/2021.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CÂMPUS INHUMAS, **Relatório de Autoavaliação – Ano de referência 2019**. 2020. Disponível no endereço [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1333/Relat%C3%B3rio%20de%20Autoavalia%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%202019%20\(3\).pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1333/Relat%C3%B3rio%20de%20Autoavalia%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%202019%20(3).pdf). Acesso em: 31/08/2021.

MEC. **Portaria Normativa nº40, de 12/12/2007**. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superior e se consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.